

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA!



- Grandiosas concentrações de dezenas de milhares de trabalhadores em Portalegre, Évora e Beja!
- Derrotada na Assembleia da República, a proposta fascista do CDS! Os deputados comunistas levam a S. Bento a voz dos trabalhadores!
- Na UCP "Margem Esquerda", os trabalhadores continuam a defender, com serenidade e firmeza, os seus direitos contra a manobra anticonstitucional do CRA de Beja.
- "As massas trabalhadoras, as massas populares não estão dispostas a ceder de mão beijada conquistas alcançadas através de uma luta de anos e anos a que o 25 de Abril deu nova expressão!" — declarou ao "Avante!" o camarada António Gervásio, da Comissão Política

Com a Democracia para o Socialismo

DUAS DINÂMICAS FUNDAMENTAIS DUAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DUAS MANEIRAS DE ESTAR EM PORTUGAL

Editorial

O VIII Congresso do PCP aprofundou o teor das transformações económicas produzidas em Portugal depois do 25 de Abril.

Em consequência dessas transformações, que tem por base a destruição das estruturas fundamentais do estágio de desenvolvimento capitalista existente antes do 25 de Abril, estabeleceram-se, num vasto sector da economia portuguesa, novas relações sociais de produção que apontam ao socialismo.

"Destruição das estruturas fundamentais" não significa a destruição de todas as estruturas de desenvolvimento capitalista. As velhas relações de produção ainda existem, são ainda predominantes, mas as novas, porque afectam estruturas fundamentais do desenvolvimento económico, tornaram-se determinantes.

Quer dizer, na economia portuguesa coexistem dois tipos de relações sociais de produção: umas, de tipo capitalista, ainda predominantes mas já não determinantes; outras, de tipo não capitalista, determinantes do desenvolvimento económico e social do País mas ainda não predominantes.

Esta dualidade, esta coexistência de relações sociais de produção diferentes, determina para

a economia portuguesa um estágio "intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista".

Mesmo considerando apenas que se trata da situação económica objectiva, e não da natureza de classe do poder político, esta dualidade de relações sociais de produção põe à economia portuguesa duas perspectivas de desenvolvimento — a que se expressa no sentido do capitalismo ou a que aponta na direcção do socialismo.

O VIII Congresso do PCP dá a este dilema uma resposta categórica: "O desenvolvimento actual da economia portuguesa nas condições criadas pelas transformações levadas a cabo pela Revolução, não é no sentido do capitalismo, mas no sentido do socialismo" — diz Álvaro Cunhal no seu Relatório.



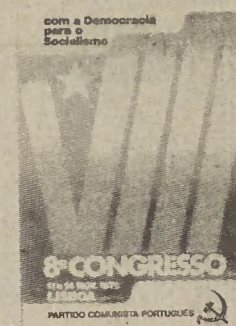
Esta perspectiva de desenvolvimento não capitalista tem a sua dinâmica própria. A dinâmica não capitalista não é uma invenção dos comunistas nem uma construção teórica assente em critérios subjectivos. É, em Portugal, uma resultante das

transformações das estruturas económicas, operadas pela Revolução.

Existem condições objectivas para que a economia portuguesa escape à acção universal de certas leis de desenvolvimento capitalista com a lei da mais-valia, a da acumulação capitalista, a da concorrência. Igualmente, a *contradição fundamental do capitalismo* entre o carácter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção se encontra seriamente limitada pelas transformações operadas pela via revolucionária depois do 25 de Abril.

A dinâmica não capitalista é, nas condições presentes, a que pode assegurar, sem grandes abalos nem soluções de continuidade — a que pode garantir na estabilização — o desenvolvimento harmonioso da economia nacional. Esta dinâmica impôs-se pela sua própria base objectiva sem que existisse um poder político correspondente. Mas impõe, na perspectiva, e desde já, "uma política nacional que exclua a recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrárias à Constituição e à natureza do regime democrático institucionalizado."

(Continua na pág. 2)



AS LISTAS DA FEPU RECUSADAS PELO JUIZ DE TORRES VEDRAS!

Culminando um processo caracterizado por inacreditáveis exigências, que exorbitaram dos requisitos legais mais rigorosos, processo centrado em decisões inaceitáveis do tribunal da comarca de Torres Vedras, as listas da Frente Eleitoral Povo Unido estão a ser impedidas de concorrer às próximas eleições para as autarquias locais nos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Cadaval, integrados naquela comarca.

A FEPU chama a atenção dos órgãos do poder e da opinião pública para o gravíssimo significado político deste facto que retira totalmente qualquer valor aos resultados eleitorais que se verificarem naqueles concelhos e viola de forma substancial a própria Constituição.

Com efeito, o magistrado de Torres Vedras entende irregulares todos os processos de candidatura da FEPU por falta de um documento meramente formal que em nenhuma outra comarca foi considerado necessário.

Tal procedimento foi ainda agravado pelo facto de posteriormente aquele magistrado se ter recusado a passar certidões necessárias à instrução do processo de recurso, o que conduziu a que, interposto este, a Relação não chegasse a decidir sobre a questão de fundo em que obviamente a Frente estava com a razão.

Não pode passar sem rigorosa denúncia e veemente protesto que deste modo o juiz de Torres Vedras, em manifesta oposição e contradição com os critérios usados por 195 juizes das 196 comarcas existentes no Continente, impeça a intervenção eleitoral das diversas correntes políticas, retirando a milhares de cidadãos a possibilidade de uma opção de voto de acordo com a sua consciência e vontade.

A FEPU, sublinhando que a independência do poder judicial tem de ser defendida dos próprios inimigos internos que são a denegação da justiça e a violação da lei, declara firmemente não considerar este assunto encerrado.

Tendo em conta que a Relação de Lisboa ao apreciar o recurso interposto pela FEPU da decisão do Tribunal de Torres Vedras, não chegou a apreciar a questão de fundo, é legítimo exigir dos órgãos do poder que, com urgência, se debrucem sobre este problema, criando para tal os necessários instrumentos jurídicos.

Esta é a única forma de não afectar gravemente a isenção dos órgãos de soberania, a credibilidade do próprio acto eleitoral e de corrigir uma decisão que resulta objectivamente em grave desprestígio para o poder judicial e para o regime democrático.

A Comissão Coordenadora da
Frente Eleitoral Povo Unido

Mais de 30 000 homens e mulheres são candidatos da FEPU em todo o País! (Comunicado da Comissão Nacional na pág. 12)

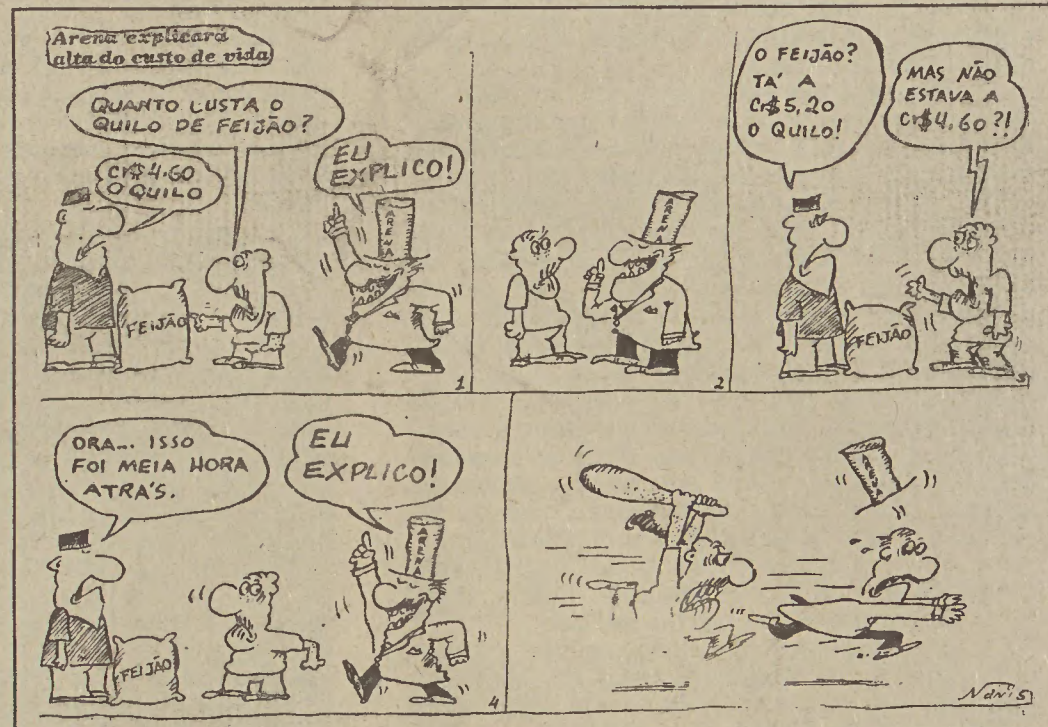
Reunião da FIDM em Lisboa PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA



Pág. 8

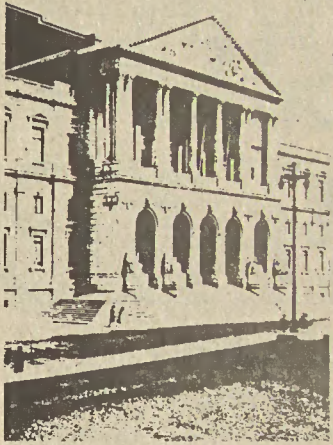
PAZ PARA O LÍBANO!

Reunidos em Lisboa para assistirem aos trabalhos do VIII Congresso do PCP, camaradas dos Partidos Comunistas de Israel e Jordânia prestaram declarações especiais para o "Avante!" sobre a situação no Líbano — Pág. 10.



O POVO BRASILEIRO CONTRA A DITADURA!

As forças democráticas do Brasil impuseram sérias derrotas ao governo reaccionário nas últimas eleições, apesar de todas as irregularidades e violências! — Pág. 12



Os comunistas na Assembleia da República

A proposta fascista do CDS contra a Reforma Agrária não passou! Os camaradas Vítor Louro, Vital Moreira, Francisco Miguel e Custódio Gingão levaram à Assembleia a voz dos trabalhadores na defesa das conquistas da Revolução e da Constituição ignorada pelo governo minoritário do PS! Também na Assembleia da República há forças suficientes para, na unidade, derrotar a reacção e consolidar e fazer avançar a democracia.



**NA ASSEMBLEIA
COMO NOS CAMPOS,
A REACÇÃO AGRÁRIA
E CAPITALISTA NÃO PASSOU**

Durante várias reuniões, discutiu-se na Assembleia da República o projecto reaccionário do CDS, parte das manobras tendentes à liquidação da Reforma Agrária. A direita aproveitou as suas intervenções para, embora com alterações de estilo, pressionar os deputados socialistas, caluniar o nosso Partido e os trabalhadores e pequenos agricultores alentejanos. Os deputados do CDS, nomeadamente, aproveitaram para bolsar o seu ódio de classe contra os trabalhadores e o povo, contra as suas conquistas democráticas, revolucionárias.

Dando voz à CAP na Assembleia, o CDS foi progressivamente perdendo a «compostura» e a máscara «democrática» da grande burguesia contra-revolucionária e, não desistindo embora de utilizar os slogans demagógicos para adormecer os mais ingenuos, apareceu abertamente a caluniar desesperadamente os trabalhadores, a apiedar-se despididamente dos «pobres» agrários expropriados a quem teriam sido roubadas as «casinhas» e, por aí fora. O PPD/PSD, que tinha proposto emendas que permitiriam atingir no entanto o mesmo objectivo, falou noutro tom; utilizando largamente o sistema de dar uma no cravo outra na ferradura, lançando pelo caminho as usuais calúnias, embrulhando com confusos dados técnicos e peregrinas «soluções» a oposição de fundo à Reforma Agrária levada a cabo pelas massas laboriosas dos campos do Ribatejo e Alentejo.

Para o fim do debate, ao mesmo tempo que ia ameaçando continuar nas várias frentes a luta contra a Reforma Agrária, o CDS e, de certo modo, o conjunto dos deputados da direita começaram a dar mostras do seu desespero, face à posição firme que iam encontrando por parte dos deputados comunistas e de vários deputados socialistas. O risco que surgia provocado pelas suas enormidades era o resultado natural do descrédito evidente das posições da direita, acontecendo ainda que os CDS's e PPD/PSD's, em família, se comessem a espicaçar com dichotes e flores de retórica procurando salvar-se do fracasso das suas teses naquela Assembleia.

Os deputados comunistas, fiéis à natureza da sua tarefa e da sua ligação com a classe operária e os trabalhadores, defenderam na Assembleia o que nos campos tem sido conseguido e defendido pela força organizada, pelo trabalho produtivo e criador dos trabalhadores. Intervieram os camaradas Vítor Louro, Vital Moreira, Francisco Miguel, Custódio Gingão e, no fim, foi entregue na mesa uma declaração de voto dos deputados comunistas que tinham participado na discussão do projecto do CDS.

Os nossos camaradas desenvolveram os seguintes temas:

1.º defesa da constitucionalidade das leis em causa e denúncia da fúria anticonstitucional e anti-25 de Abril do CDS quando pretendia recusar tal constitucionalidade;

2.º explicitação dos motivos que levaram os trabalhadores à ocupação das terras e desmascaramento das calúnias miseráveis levantadas pela direita;

3.º defesa do significado da Reforma Agrária, como grande conquista, não só dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, mas do povo português e como componente fundamental da democracia portuguesa;

4.º esclarecimento do papel de vanguarda do Partido Comunista Português e desmascaramento das calúnias sobre a falta de liberdade no Alentejo e o carácter partidário da Reforma Agrária;

5.º reposição da verdade quanto ao aumento da área cultivada, da produção e dos efectivos pecuários na zona da Reforma Agrária, desmascarando as «estatísticas» opostas e revelando os objectivos reais e o esforço heróico que animam e desenvolvem os trabalhadores da Reforma Agrária.

Das diversas intervenções referidas destacamos neste número do «Avante!» algumas passagens, apresentando em próximo número a intervenção do nosso camarada Francisco Miguel.



**A REFORMA AGRÁRIA
É OBRA DOS TRABALHADORES
O PCP CUMPRE
O SEU PAPEL DE VANGUARDA**

Do camarada Vítor Louro:

«Não vamos responder ao insulto que o sr. deputado fez aqui aos trabalhadores agrícolas do Sul ao dizer que as ocupações se fizeram em ordem ao sentido de posse da terra que os trabalhadores teriam. Igualar os sentimentos revolucionários do proletariado aos sentimentos burgueses dos capitalistas que o CDS representa, chamar-lhes não informados e ignorantes é um insulto. Temos pena que os trabalhadores não tenham tempo de ler esse insulto, que lhe dariam a resposta merecida. Mas andam demasiado ocupados a produzir o pão que o sr. deputado come à sua mesa todos os dias.

«O PCP orgulha-se de ter tido e continuar a ter esse papel de direcção política. Antes do 25 de Abril foi o nosso Partido que organizou a resistência dos trabalhadores nas praças de jorna e nos ranchos. Foi o nosso Partido que organizou e conduziu a luta pelas oito horas de trabalho e as greves que resultaram nessa enorme conquista. Eram comunistas muitos dos trabalhadores agrícolas que na noite tenebrosa do fascismo caíram nas masmorras da PIDE ou tombaram pelas balas assassinas, na organização e condução da luta de dezenas de milhares de proletários agrícolas e camponeses contra o fascismo. Foi o nosso Partido que lançou há já muitos anos a palavra de ordem «a terra a quem a trabalha». Foi o nosso Partido, enfim, que organizou as massas trabalhadoras do Sul para concretizar essa palavra de ordem com a ocupação dos latifúndios.

«Srs. deputados: Orgulhamo-nos do papel que tivemos na organização da luta pela Reforma Agrária. E reparei que não digo que foi o PCP que fez a Reforma Agrária. É que a Reforma Agrária é obra, única e exclusivamente, do valente proletariado agrícola do Sul, acompanhado desde a primeira hora e inseparavelmente, de milhares de pequenos agricultores. Os mesmos agricultores que os agrários e o seu regime se encarregavam de arruinar e proletarianar ao ritmo de vários milhares por ano.

«O papel do nosso Partido, Partido dos trabalhadores, é, como justamente afirmou o camarada Álvaro Cunhal, o papel de vanguarda, isto é, o papel de organizar as massas trabalhadoras na luta pelos seus interesses de classe. É esse papel que o PCP continuará a desempenhar, nomeadamente aí, onde, em mais de 1 milhão de hectares, está realizada a nossa palavra de ordem: «a terra a quem a trabalha».

«A Reforma Agrária significa para nós, comunistas e para os trabalhadores em geral, bastante mais do que as ocupações de terras. Essa foi uma etapa necessária para atingir o grande objectivo: para realizar a Reforma Agrária era e é necessário que a terra esteja nas mãos de quem a trabalha. Mas o objectivo da Reforma Agrária não é só a posse da terra. O objectivo da Reforma Agrária é, acima de tudo, a libertação dos trabalhadores, através do *controlo* e do desenvolvimento dos meios produtivos em novas relações de produção. Ora a História mostra que as classes dominantes nunca cederam de bom grado os seus privilégios...»



**UMA DETERMINAÇÃO FIRME:
O QUE FALTA EXPROPRIAR
HÁ-DE SÊ-LO**

Do camarada Vital Moreira:

«Sr. presidente, srs. deputados: A Reforma Agrária é um pressuposto, é um elemento constitutivo fundamental do regime democrático consagrado na Constituição. As leis da Reforma Agrária, cuja suspensão o CDS — com o apoio do PPD/PSD — propõe e que, para citar os termos de uma das declarações de voto constantes do relatório da Comissão de Agricultura e Pescas, «têm sido — cito —, na prática, instrumentos capazes de realizar a Reforma Agrária que o povo português aprovou e bem, na Constituição», são a base legal imprescindível para realizar a Constituição.

«Ao propor a suspensão das expropriações e da

nacionalização da terra, o CDS propõe que seja suspensa a eliminação dos latifúndios e logo a eliminação da base económica do fascismo.

«Ao propor a suspensão das expropriações e da nacionalização da terra, o CDS propõe a suspensão da execução da Constituição.

«Ao propor que sejam revistas as situações criadas e logo as expropriações já efectuadas, o CDS propõe, pura e simplesmente, a contra-revolução.

«Enfim, ao lançar uma ofensiva contra a Reforma Agrária, o CDS inicia na Assembleia da República a sua ofensiva contra as conquistas revolucionárias e contra a Constituição. Ou seja, contra o regime democrático criado pela Revolução e institucionalizado pela Constituição. A contra-Reforma Agrária é, ao mesmo tempo, contra-revolução, contra-Constituição e contra-democracia. Haveremos certamente de ver ainda o CDS a propor a revogação das nacionalizações, a eliminação do *controlo* operário, a liquidação dos direitos dos trabalhadores. E não estaremos livres, porventura, de ver aqui mesmo proposta a suspensão da Constituição ou a revogação do 25 de Abril.

«O «centrismo personalista» e «a social-democracia de rótulo português» revelam-se na sua verdadeira realidade política de classe. Mostram claramente que os interesses que defendem são os dos grandes agrários e capitalistas e que o projecto que defendem não é o da Constituição — ou seja, o de um regime democrático apontado para o socialismo — mas sim a recuperação de privilégios das classes cerceadas pela Revolução e pela Constituição.

«A contra-Reforma Agrária, está visto, não passará na Assembleia; o CDS e o PSD não terão nesta Assembleia melhor sorte do que a CAP nos campos. O que está expropriado, expropriado está; a terra nacionalizada não voltará à posse dos latifundiários. O que falta expropriar há-de sê-lo: a democracia portuguesa não é compatível com a existência de grandes agrários ou com a recuperação dos seus poderes. A classe operária e os trabalhadores não o permitirão. Tão-pouco o permitirão os deputados que aqui representam os seus interesses».



**DO CAMARADA CUSTÓDIO GINGÃO:
UM DEPUTADO OPERÁRIO
DESMENTE AS CALÚNIAS**

«Quando se diz aqui que os trabalhadores roubaram tudo, deixaram os senhores na miséria — temos nós, comunistas, que perguntar a esses senhores por que não levantaram a sua voz antes do 25 de Abril? — como sempre o fez o Partido Comunista Português, quando milhares de trabalhadores passavam fome e miséria nos campos, quando esses trabalhadores não tinham que comer para eles nem para darem aos seus filhos. Aí sempre esses senhores mantiveram o maior silêncio, mas estes senhores que se dizem na miséria, ainda o ano passado, quando os Centros Regionais da Reforma Agrária os chamavam para tratar de alguns assuntos, esses senhores, alguns, encontravam-se em gozo de férias no estrangeiro, outros passavam férias nas melhores praias e outros ainda com milhares de contos na banca. Quando se diz que tiveram de abandonar a casa onde sempre viveram é pura demagogia, é querer voltar ao passado, porque afinal é bem ao contrário do que certa imprensa reaccionária e certos deputados aqui têm afirmado. Nunca os latifundiários abandonaram a casa onde sempre viveram; o que eles abandonaram foi grandes *chalets* onde passavam parte das suas férias, já que férias para eles eram sempre 12 meses no ano, mas quando abandonaram esses *chalets* ainda ficaram com bons prédios em Lisboa, no Algarve e noutros pontos do país onde melhor lhes convinha, enquanto a maioria dos trabalhadores viviam e ainda continuam a viver em casas sem o mínimo de conforto.

«Dizer também aqui que os trabalhadores foram levados para as ocupações como o fim de serem eles os donos da terra, é mais uma ofensa àqueles que duramente trabalham nos campos. O que afinal nos moveu a nós, trabalhadores, para ocuparmos as terras foi sim a nossa consciência de classe, porque nós sabíamos que era a única forma de acabar com o desemprego, com a fome e a miséria e não a ignorância de certos reaccionários que nos acusam de nós quisermos ser donos patrões.

«Quando se diz que no Alentejo não há liberdade, onde toda

a gente trabalha sem perguntar a que partido pertence, será que não há liberdade onde se acabou com o desemprego? Será que não há liberdade no Alentejo, onde os agrários continuam a viver sem serem incomodados e continuando a levar a vida de café que sempre fizeram, e a passear com os seus carros? Só não têm liberdade para uma coisa, porque a isso nos opomos: é a liberdade de nos continuar a explorar.

«Ou será que a liberdade para muitos senhores é a liberdade para colocar bombas que felizmente algumas vão rebentando nas mãos dos criminosos; ou a de deitar fogo a searas como na Cooperativa Brotence ou em Mora, ou a liberdade de intermediários parasitas aparecerem com contratos falsos de compra de cortiça como já aqui tivemos oportunidade de denunciar?

«No Alentejo, senhores deputados, toda a gente usa ao peito o emblema que quer. Já o mesmo não se pode dizer de outras zonas do país onde os comunistas são perseguidos e até espancados por caciques ao serviço das forças fascistas do passado.

«Quem afirma que não há liberdade, mostra uma total ignorância do que é a Reforma Agrária que se está a fazer nos campos do Sul. O PCP é um Partido português, a sua prática política resulta da análise dos problemas concretos do país em que vivemos; por isto mesmo, nós defendemos que a Reforma Agrária em Portugal deve corresponder às realidades das duas zonas agrícolas distintas do nosso País e satisfazer os anseios das populações rurais. No Sul, a Reforma Agrária está no fundamental a ser realizada e tem o apoio da esmagadora maioria da população já expressa em duas eleições votando nos partidos de esquerda. No Centro e no Norte e nas Ilhas, nós defendemos que deve ser levada à prática uma Reforma Agrária que responda aos verdadeiros anseios dos agricultores e trabalhadores dessas zonas, uma Reforma Agrária diferente da do Sul, porque as condições são evidentemente diferentes».



O MINISTÉRIO QUER CEDER À CAP?

Intimamente ligada a este debate há ainda a salientar a intervenção do camarada Vítor Louro na terça-feira passada sobre as recentes medidas do Ministério da Agricultura que como disse o nosso camarada parece querer abrir à reacção as portas que na Assembleia a votação conjunta dos deputados comunistas e socialistas lhes fechara. Vítor Louro mostrou que a atitude tomada recentemente pelo ministério em relação a questões de pedidos de reserva apresentados de repente numa grande manobra pelos agrários, viola a Constituição, porque contraria a liquidação dos latifúndios, dificulta o avanço para o socialismo, contraria a vontade dos trabalhadores; viola as leis que a Assembleia acaba de aprovar; viola o programa do Governo; e, mesmo assim, o Ministério continua a ser acusado de incompetente pela CAP a quem cedeu, porque os fascistas são insaciáveis. Disse ainda o nosso camarada:

«E tudo isto tem sido feito criando um clima de grande tensão no Alentejo utilizando sistematicamente a GNR. Assim, o Governo tem obrigado uma força militar a cumprir ordens absolutamente ilegais. Que os responsáveis atentem bem na gravidade de semelhante situação e que se lembrem que para as desocupações não foi preciso a intervenção de nenhum militar armado.

«Terá isto a ver com o facto de o novo secretário de Estado da Estruturação Agrária ser um técnico de família latifundiária expropriada, que tem posto os seus conhecimentos ao serviço do capital e contra a Reforma Agrária? E terá isto a ver com o convite para dirigir o Gabinete de Planeamento a um homem como o eng. Mariano Feio, que é o exemplo acabado do grande agrário, também expropriado? É caso para ficarmos na expectativa de quem irá presidir o Instituto de Gestão Fundiária...»

De todo este debate deve salientar-se finalmente a firme determinação manifestada pelos deputados comunistas de que os agrários têm sido derrotados nos campos e continuarão a sê-lo, já foram derrotados na Assembleia da República os seus representantes e sê-lo-ão sempre. Tanto mais profundamente aliás quanto os deputados socialistas souberem unir-se aos deputados comunistas na defesa das conquistas da Revolução, que é a defesa da democracia rumo ao socialismo.

Editorial

DUAS DINÂMICAS FUNDAMENTAIS DUAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DUAS MANEIRAS DE ESTAR EM PORTUGAL

(Continuação da pág. 1)

Ao invés, uma política tendente a enfraquecer o sector estatal nas empresas nacionalizadas e nas empresas sob intervenção do Estado; a entravar o sector das cooperativas e das UCPs na zona de intervenção da Reforma Agrária; a estrangular o sector das cooperativas constituídas pelos trabalhadores em empresas abandonadas pelo patronato, é uma política que visa a destruição da formação não capitalista da economia portuguesa, uma política que visa a recuperação capitalista, uma política destituidora e desestabilizadora da economia nacional que opõe a dinâmica não capitalista nascida com a Revolução de Abril à dinâmica capitalista do antigo poder dos monopólios e dos latifundiários. Duas perspectivas de desenvolvimento, duas dinâmicas fundamentais que determinam duas maneiras de estar em Portugal.

★ ★ ★

Os comunistas portugueses têm mostrado sem equívocos a sua maneira de estar no seu País e o que representam na grandiosa luta pela edificação de um Portugal livre, democrático e socialista. Mostraram-no com particular vigor no seu VIII Congresso.

Mostraram também, com vigor igual, a sua maneira de estar no Mundo, a força dos seus sentimentos internacionalistas, a solidez dos laços que os unem aos Partidos irmãos e às forças progressistas de todos os Continentes.

Mas o traço fundamental que ressalta dos trabalhos do VIII Congresso é a estreita vinculação do PCP aos problemas concretos e às aspirações mais sentidas do Povo português.

A riqueza de análise e a síntese teórica do Relatório de Álvaro Cunhal, os caminhos novos que rasga ao Povo português numa linha consequente de defesa das suas liberdades e das conquistas principais da Revolução, assim como as intervenções de cada delegado na tribuna do Congresso, partem da profunda inserção dos comunistas portugueses na vida, nas realidades e no labor diário do seu Povo e do seu País.

Com o PCP outras forças patrióticas e democráticas se unem para erguer uma barreira ao avanço da direita reaccionária em Portugal, a essa direita reaccionária que encontra na insensatez política do Governo do PS, na sua deliberada opção de classe a favor dos exploradores e contra os explorados, um poderoso incentivo às ambições desmedidas de Poder.

É uma outra maneira de estar em Portugal e no Mundo animar as forças da recuperação capitalista, enfeudar a nossa independência nacional ao imperialismo e ao capital estrangeiro, levar a cabo acções de força contra os heróicos obores da Reforma Agrária, promulgar leis anticonstitucionais atentatórias do direito ao trabalho e da garantia de emprego dos trabalhadores, fazer pesar sobre o povo laborioso e pobre as consequências de uma crise engendrada pelo sector capitalista ainda predominante na economia portuguesa.

É uma outra maneira de estar em Portugal subtrair à justiça criminosos e bombistas confessos, abrir-lhes as portas das prisões, deixá-los impunes para a prática de novos atentados e actos de violência; transformar o ensino numa coudada da reacção, banir das escolas e universidades a autonomia democrática e os professores progressistas, criar um impasse educacional, reintroduzir o sistema policial nas escolas.

A desestabilização política, militar, social e económica, o abandono da imprensa estatizada e de outros órgãos de comunicação social controlados pelo Estado, como a Rádio e a TV, o recrudescimento das provocações e calúnias da imprensa fascista e fascizante que nada detém, tudo isso é a imposição da dinâmica capitalista contra a dinâmica das transformações revolucionárias do 25 de Abril.

★ ★ ★

A reacção prepara a sua hora mas é preciso dizer-lhe que será em vão, que não passará, que as suas manobras e conspirações estarão condenadas

à derrota. E é preciso dizê-lo da única forma que a reacção entende: lutando e unindo; unindo lutando.

A direita reaccionária usa de todos os meios legais e ilegais para impor a seu favor uma viragem nas instituições e nos órgãos de poder político.

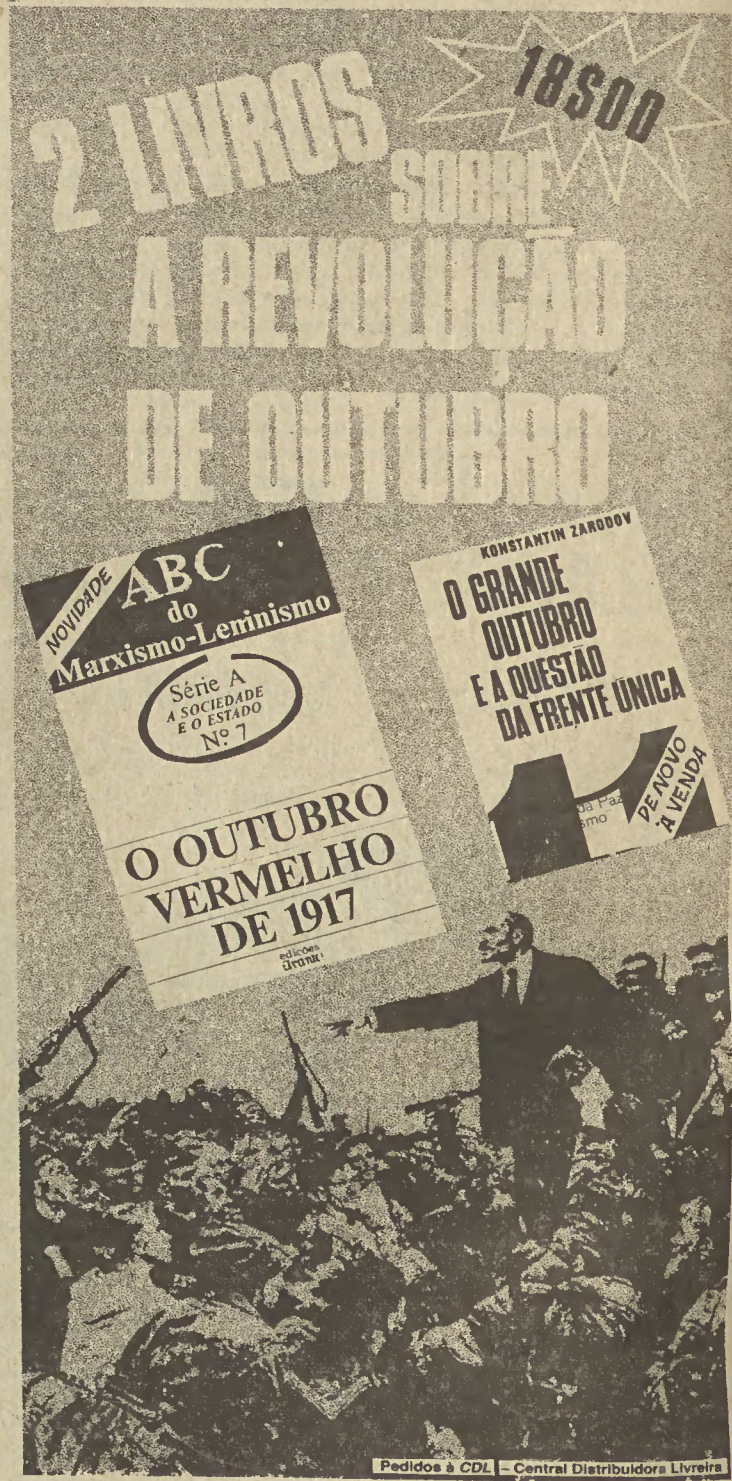
A CAP multiplica as suas provocações e acções de rua, os fascistas recorrem ao argumento da bomba para tentarem silenciar os que não querem dobrar-se à sua chantagem política, o CDS, acolitado pelo PPD, tenta na Assembleia da República um golpe constitucional contra a Reforma Agrária.

Mas ao mesmo tempo crescem as forças da resistência popular, alarga-se a frente dos que querem defender e aplicar a Constituição, consolidar as liberdades, preservar as grandes conquistas da Revolução.

Há um novo reagrupamento de forças favoráveis à Democracia, o espírito do 25 de Abril revive entre os militares, a aliança entre o Povo e as Forças Armadas busca novas formas de expressão, entre a classe operária e as massas populares reforça-se a unidade de combate e expurga-se os factores de divisão.

As grandes concentrações na zona da Reforma Agrária contra a atribuição abusiva e ilegal do «direito de reserva» que se pretende impor pela força; o importante plenário de mais de 5000 delegados sindicais e das Comissões de Trabalhadores de mais de 2000 empresas empregando 700 000 trabalhadores de todo o País e as grandes concentrações previstas para o fim do mês nas principais cidades e centros industriais e, principalmente, o poderoso movimento unitário de massas à volta da Frente Eleitoral Povo Unido e das listas de cidadãos eleitores apresentadas em milhares de freguesias para a disputa das eleições para as Autarquias Locais constituem a grande resposta política de massas contra as tentativas de recuperação do processo revolucionário pelas forças da reacção.

Ombro com ombro, comunistas e socialistas, homens, mulheres e jovens; operários, camponeses, empregados, intelectuais e estudantes de outras tendências políticas ou sem elas, juntamente com os militares patriotas e progressistas, unem-se para a defesa da Democracia, para aprofundar as perspectivas de desenvolvimento não capitalista da sociedade portuguesa, para manter a dinâmica revolucionária, para garantir uma nova maneira de estar em Portugal e no Mundo que afaste para sempre da nossa Pátria o espectro da reacção e do fascismo.



O CAMARADA ANTÓNIO GERVÁSIO ENTREVISTADO PELO «AVANTE!»

“As massas trabalhadoras, as massas populares não estão dispostas a ceder de mão beijada conquistas alcançadas através de uma luta de anos e anos a que o 25 de Abril deu nova expressão”

“Avante!” — Porquê, neste momento, o intensificar da ofensiva contra a Reforma Agrária?

António Gervásio — Esta grande ofensiva em marcha contra a Reforma Agrária não pode ser vista isoladamente. Ela está inserida numa ofensiva contra todo o processo revolucionário, contra a Revolução e as suas conquistas. Se há um recuo na Reforma Agrária, isso constituiria um elemento importante para novos ataques das forças de direita que passariam a ataques mais violentos contra o controlo operário, as nacionalizações, as liberdades democráticas, as liberdades sindicais — enfim passariam à ofensiva geral contra a nossa Revolução.

Porquê este ataque em forma, por exemplo através da aplicação abusiva do direito de reserva em terras que os trabalhadores estão a semear para aumentarem ainda mais a produção? Porque é que é exactamente nesta altura que o Governo PS traz pela sua mão a força da GNR e os agrários contra as UCPs, procurando desestabilizar a situação? A realidade é que não se pode separar esta ofensiva neste momento de uma situação mais vasta e muito especialmente das eleições para as autarquias locais.

Neste momento os trabalhadores controlam um milhão de hectares de terra. Se se verificarem bons resultados, — e nós pensamos que há perspectivas de que assim seja, das forças democráticas e especialmente das listas Povo Unido, a terra e o poder local na zona da Reforma Agrária serão geridas por forças patrióticas, democráticas, que defendem

os interesses dos trabalhadores. Isto representaria um grande avanço, uma considerável contribuição para a consolidação da nossa Revolução.

A Reforma Agrária significou trabalho, maior produção e o comportamento do Governo PS é de quem não quer a Reforma Agrária. Quando dirigentes do PS se recusaram a discutir, no seu Congresso, a política agrária, isso já significava que tinham em mente uma política que não serve as conquistas da Revolução. O Governo PS desrespeita a Constituição, desrespeita os princípios da Lei da Reforma Agrária ao atentar contra a viabilidade económica das unidades colectivas (são os agrários que se arrogam o direito de escolher a reserva e assim escolhem a propriedade com melhores terras, com as casas, geralmente encravada na unidade). A lei para o Governo PS é a lei dos agrários. Para os trabalhadores não há lei. Isto é um abuso que os trabalhadores e as camadas populares não podem aceitar.

O QUE SE PASSA NA LOBATA É ILEGAL

“Avante!” — A campanha lançada pelos órgãos de comunicação social de direita e estatizados em que se procura minimizar os resultados da Reforma Agrária integra-se nesta ofensiva?

António Gervásio — O Governo tem seguido uma política de estrangulamento à Reforma Agrária. Mas apesar de todas

estas dificuldades, apenas no espaço de ano e meio, os trabalhadores apresentam ao nosso País, grandes resultados, grandes êxitos. No campo da produção, no campo da pecuária, no campo da organização, no campo da planificação da produção para o próximo ano que visa produzir mais e melhor. Tudo demonstra que apesar das dificuldades, os trabalhadores têm capacidade para apresentar, nos próximos anos, novos resultados, novos êxitos. É isso que assusta certos sectores do PS e as forças de direita. Aproveitando-se dos órgãos de comunicação social, mentem ao País dizendo que os resultados não são estes. Nós desafiamos o Governo a vir cá ao Alentejo.

Porque é que o Instituto dos Cereais se recusa a armazenar todos os cereais, trigo, aveia, cevada, que estão encafudados em más condições, e entretanto diz já que a produção foi boa, mas inferior ao que dizíamos? Aliás, estamos a trabalhar para mostrar à nação com números, qual foi a quantidade de toneladas de cereais produzidas em 1976 no âmbito da Reforma Agrária. O ministro da Agricultura, no passado domingo, afirmou que desde 1974 tinha havido uma quebra da produção de carne. Pois se isso aconteceu foi por obra de grandes agrários e de sabotagens noutras zonas não sujeitas à lei das expropriações. Porque nos distritos da Reforma Agrária, Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém, o que aconteceu foi um aumento de 49% ou seja mais 123 839 cabeças de gado. O ministro da Agricultura deve

informar-se antes de fazer afirmações que se chocam com o que dizem os trabalhadores e eles é que dizem a verdade!

Desafiamos todo e qualquer batalhão de técnicos a comprovar, caso por caso, nas diversas unidades colectivas. Proteger campanhas mentirosas, denegrir para justificar os ataques à Reforma Agrária é uma velha tática.

“Avante!” — O processo de aplicação da reserva, tomando como exemplo, o caso da Lobata na UCP “Margem Esquerda” em Serpa pode ser encarado como uma das primeiras medidas “legais” para acabar com a Reforma Agrária?

António Gervásio — O que se passa na Lobata é ilegal e atentatório do direito ao trabalho, é contra a economia nacional.

É ilegal porque o Governo havia-se comprometido a, depois de resolvidos os casos das desocupações (propriedades que tinham menos de 50 000 pontos), ir resolver os casos com mais de 50 000 pontos, isto é expropriar os 721 000 hectares de terra que estão ainda na zona da Reforma Agrária.

Desrespeitando este compromisso consente em reservas. Mas que reservas? Aqui entra a ilegalidade em força.

Senão, vejamos. Desde quando está escrito na lei que o agrário pode escolher e arrecadar a melhor propriedade para si? Ora o agrário declarou aos órgãos da informação que o CRRA de Beja lhe havia dito para escolher!

Desde quando se pode fazer

reserva sem ouvir os trabalhadores? Não diz a lei claramente, que o direito de reserva não pode prejudicar a viabilidade económica da unidade?

Desde quando um Governo que se diz preocupado com o desemprego coloca em boas terras um agrário cuja primeira medida é despedir os trabalhadores e parar as sementeiras? Ora no que diz respeito à Lobata, o PS e forças de direita impedem que os trabalhadores trabalhem, que os trabalhadores semeiem a terra. Estamos neste impasse. Os trabalhadores insistem em concentrar-se na terra. A GNR foi mandada para lá.

Há outros exemplos de novos ataques que se preparam contra as UCPs. A Herdade das Morenas, a Unidade Colectiva “Otelô Saraiva de Carvalho”. Aqui em Évora há também 126 pedidos de reserva.

“Avante!” — Mas os pedidos de reserva não ficam por aqui. Fala-se já em dois mil pedidos de reservas em que, no total, os agrários pedem de volta um milhão de hectares, não é assim?

António Gervásio — Fala-se, de facto, nesses números. Mas isso equivalia aos agrários retomarem toda a terra, equivalia à perda da Reforma Agrária. Nem se discute que os trabalhadores o consentam. Essa ofensiva é um acto de sabotagem económica e um acto anti-patriótico.

Isto é uma coisa muito grave. O povo português, os militares do 25 de Abril não podem ficar alheios. Não é só a Reforma Agrária. É a liberdade do nosso povo e todas as conquistas da



Revolução que estão em causa. É uma ofensiva da direita. Os Centros da Reforma Agrária são, hoje, em muitos casos, centros de conspiração contra a Reforma Agrária dominados pela classe dos agrários. Que admira pois que organismos oficiais sejam veículo de uma política contra os trabalhadores?

MEDIDAS INCONSTITUCIONAIS CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

“Avante!” — Outras medidas contra a Reforma Agrária e contra as classes trabalhadoras do campo foram anunciadas no passado dia 20. Poderias, camarada, referir-te a algumas delas?

António Gervásio — É preciso que os trabalhadores da cidade e do campo, e não apenas os da zona da Reforma Agrária conheçam estas medidas para verem bem para onde o Governo PS está a levar o País. Acabou-se com o que eles dizem “o mecanismo legal do emprego compulsivo nos distritos da Reforma Agrária”. Isto significa que o Governo

liquidou as chamadas comissões paritárias, que tinham a missão de distribuir os trabalhadores desempregados pelas terras de proprietários que as não cultivavam. Quer dizer que agora os agrários são livres de não empregar e de deixar as terras incultas.

O Governo extinguiu, também, o SADA, Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola, organismo fundamentalmente voltado para a resolução dos problemas dos pequenos e médios agricultores e que estava a ter uma acção positiva no Norte do País. Ao extinguir o SADA, o Governo PS revela claramente a sua opção de classe: pelos grandes agrários que, organizados na CAP, há muito vinham reivindicando a liquidação do SADA.

O Governo anunciou ainda a criação do Instituto de Gestão Fundiária, cujos objectivos são gerir a vida administrativa, a vida financeira das UCPs. Isto é, serão possivelmente os ex-proprietários que começariam a gerir as cooperativas. Assim o Governo viola um princípio que está consagrado na Constituição que é o da autonomia das Unidades

Colectivas e das Cooperativas. É o Governo que se arroga o direito de se intrometer na vida das Unidades. Acho que os trabalhadores não podem consentir nisto — porque viola o seu direito à autonomia consignado na Lei da Reforma Agrária e na Constituição.

Este é um problema de todos os trabalhadores, de todo o Povo português, do Conselho da Revolução, dos militares, de todas as forças revolucionárias que têm de pensar em como vão dizer “Alto!”. A ofensiva que está em curso é muito perigosa e temos de lhe responder. A manifestação de Beja com cerca de 30 000 pessoas e cerca de 300 máquinas foi já um protesto firme contra a política do Governo do PS e das forças de direita. No passado domingo, o povo de Portalegre, mais de 10 000 pessoas, e de Évora, cerca de 7000, protestaram, com igual força, contra a política de recuperação capitalista que atinge a Reforma Agrária.

As massas trabalhadoras, as massas populares não estão dispostas a ceder de mão beijada conquistas alcançadas através de uma luta de anos e anos a que o 25 de Abril deu nova expressão.

A SITUAÇÃO NA UCP «MARGEM ESQUERDA»

A Unidade Colectiva de Produção “Margem Esquerda” constitui presentemente um ponto fulcral no prosseguimento e consolidação da Reforma Agrária. Face às provocações do agrário, que conta com o apoio declarado do CRRA de Beja, os trabalhadores agrícolas tem respondido com a maior serenidade e firmeza, evitando alinhar em provocações que poderiam ser utilizadas contra eles, mas determinados a fazer cumprir a lei que alguns querem atropelar.

A cronologia dos acontecimentos, que a seguir publicamos, revela bem como actuam os inimigos da Reforma Agrária e os seus assalariados.

• 4 de Outubro — É publicada no “Diário da República”, série III, a escritura da UCP “Margem Esquerda” que engloba diversas propriedades num total de 14 600 hectares onde trabalhavam, à data, 690 trabalhadores permanentes e alguns eventuais.

• 27 de Outubro — As Comissões de Trabalhadores das herdades que constituem a “Margem Esquerda” são convocadas para uma reunião no Governo Civil de Beja com a presença do Governador Civil, do director do Centro Regional da Reforma Agrária e dois agrários que exigem o direito de reserva. Só no momento, os trabalhadores são informados do assunto da reunião e de que o CRRA não reconhecia a direcção da UCP. Os trabalhadores exigem que seja marcada nova reunião.

• 29 de Outubro — Nova reunião no Governo Civil. Os trabalhadores manifestam a sua posição: o direito de reserva como os agrários querem aplicá-lo, afecta a viabilidade económica da UCP (salvaguardada na lei que prevê também o direito de reserva) e forçaria parte dos trabalhadores a ir para o desemprego, além de constituir uma medida contra a economia nacional porque os trabalhadores já tinham feito despesas com sementes, adubos e máquinas e haviam iniciado as sementeiras. O Governador Civil responde que o Governo tem outras formas de obrigar os trabalhadores a cumprirem a lei. Face às ameaças, os trabalhadores abandonam a reunião.

• Tarde do dia 29 de Outubro — Plenário dos trabalhadores da UCP “Margem Esquerda”. Manifestam-se contra o direito de reserva das herdades dos Morenos e Lobata porque iriam afectar a economia da UCP. E, tal como fora afirmado já na reunião com o Governador Civil, os direitos de reserva só devem ser aplicados após a conclusão do processo das expropriações.

• 30 de Outubro — Os trabalhadores da UCP recebem um ofício do CRRA para não iniciarem as sementeiras já então começadas, como o CRRA aliás tinha conhecimento.

• 3 de Novembro — A posição dos trabalhadores da UCP “Margem Esquerda” é expressa numa carta ao director do CRRA de Beja. São enviadas cópias ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução, ao ministro da Agricultura, ao Governador Civil de Beja, à Região Militar de Évora, aos órgãos de Comunicação Social.

• 18 de Novembro — Uma força da GNR é enviada para a herdade da Lobata para impor o direito de reserva. Os trabalhadores não abandonam a herdade, mantendo-se calmos.

À tarde, em Serpa, num impressionante desfile, trabalhadores exprimem o seu protesto. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja encontra-se com o Governador Civil de Beja. No desfile, um dirigente

sindical pergunta: “Que Governo socialista é este que envia a GNR de armas apontadas na direcção dos trabalhadores, para as UCPs legalmente reconhecidas, e deixa impunes os reaccionários da CAP, do ELP e os bombistas que destroem o nosso país?”

• 19 de Novembro — Protegido pela força da GNR constituída por homens a cavalo, autometralhadoras e outras formações transportadas em camiões e Jeeps, o agrário João Maria apela-se do seu luxuoso “D4” na herdade. Primeira medida: despedir os trabalhadores, parar as sementeiras. Informa a Imprensa presente de que o CRRA lhe disse para escolher a propriedade e então escolheu a mais rica, pois as outras não lhe interessam... Fica assim claro mais um atropelo à lei feito pelo CRRA, pois não há nenhuma lei que permita que o agrário escolha a propriedade!

O agrário João Maria omite a herança que a mulher vai receber a qual, segundo os trabalhadores da UCP, além de outras coisas, inclui “3 tractores, máquinas agrícolas, gado 3 automóveis, uma camioneta, 3 prédios urbanos em Santa Maria e 3 no concelho de Lisboa, além de 124 prédios rústicos e quase meia centena de foros anuais de trigo produzidos nas propriedades”.

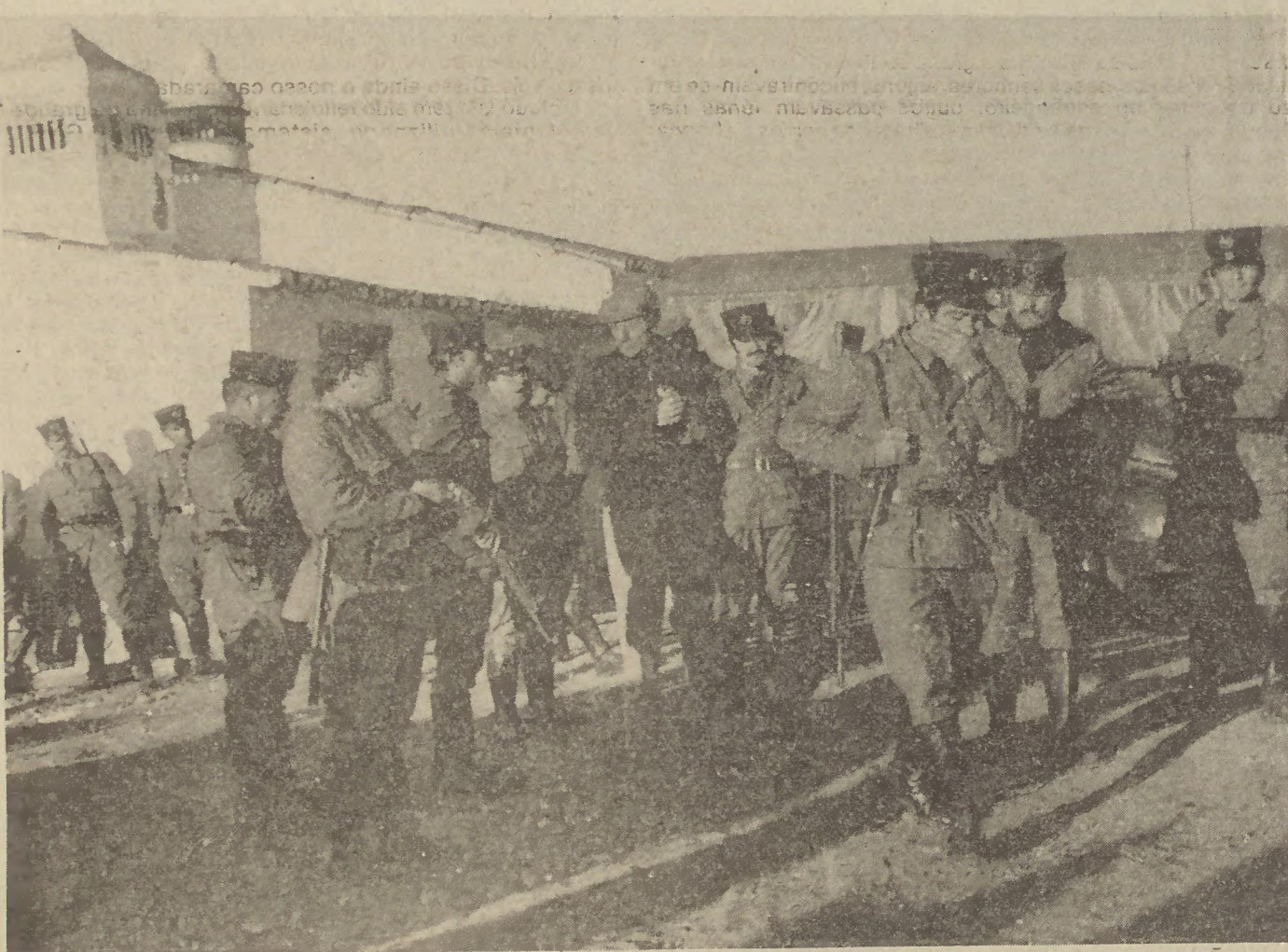
• 20 de Novembro — Plenário de solidariedade com os trabalhadores da “Margem Esquerda”, em Beja reúne cerca de 30 mil pessoas, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja.

• 21 de Novembro — Plenários de solidariedade em Portalegre e Évora. Tal como em Beja, os trabalhadores afirmam que o direito de reserva só deverá ser aplicado após terem sido concluídas as expropriações dos 721 000 hectares que restam por expropriar.

• 22 de Novembro — Os trabalhadores apresentam-se para continuar as sementeiras. A GNR permanece. Não podem pegar ao trabalho mas ficam na herdade serenamente, embora a revolta e o sentimento da injustiça faça engolir lágrimas a muitos. No mesmo dia, estava “prometida” a aplicação do direito da reserva na herdade dos Morenos mas nem técnicos do CRRA nem GNR comparecem. No mesmo dia ainda, técnicos do CRRA aparecem na UCP “Otelô Saraiva de Carvalho” para devolverem a herdade Monte da Ribeira ao agrário. Alertados de que as informações de que dispõem são falsas, retiram-se.

• 23 de Novembro — Os trabalhadores comparecem novamente para prosseguir com as sementeiras. Pela primeira vez, a GNR impede os trabalhadores de permanecerem na herdade. Numa outra herdade da UCP “Margem Esquerda”, realiza-se um plenário com cerca de 700 trabalhadores, dirigentes sindicais e elementos das Comissões Directivas das UCPs do Concelho. Cria-se um Secretariado que pede uma audiência ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República.

Entretanto, o agrário, para demonstrar grande apego à terra, pasta porcos com um seu filho na herdade...



Na falta da razão, o agrário José Maria Palma Cano escuda-se com as forças da GNR. Não veio para trabalhar. Veio para despedir quem trabalha, para impedir sementeiras, para atropelar a Lei. Mas o agrário Cano não consegue desmobilizar os trabalhadores agrícolas na sua justa luta pelo direito ao trabalho e a uma vida sem exploração.



A serenidade foi sempre constatada nos contactos que os trabalhadores, impedidos de continuarem o amanho da terra, mantiveram com as forças da GNR



Trabalhadores reúnem-se, analisam, manifestam-se nos campos do Sul. Homens e mulheres, marcados por uma vida de luta contra a exploração, movimentam-se, protestam, cientes dos seus direitos, na defesa de uma das maiores conquistas da Revolução. Defender a Reforma Agrária é defender a democracia e o caminho aberto para o socialismo.



PEQUENO AGRICULTOR DESFAZ CONFUSÕES ACERCA DA APANHA DA AZEITONA

“Como é isso, senhor ministro da Agricultura? Os trabalhadores rurais não permitem que a gente colha azeitona? Pois são eles que nos fornecem os braços! — escreve um pequeno agricultor de Montemor-o-Novo

A propósito de uma recente e curiosa nota oficiosa do Ministério da Agricultura em que se atiançava que “chegaram ao conhecimento do Governo várias informações de que está em curso uma campanha dirigida no sentido de não permitir que os trabalhadores rurais colham a azeitona de pequenos e médios agricultores, na zona da Reforma Agrária”, um pequeno agricultor de Montemor-o-Novo, Francisco Roque, membro da Liga Concelhia de Pequenos e Médios Agricultores, escreveu-nos, exprimindo as justas preocupações de trabalhadores da sua classe relativamente às “fontes de informação do Governo” e mais ainda da fé “ingénua” do MAP nestas mesmas fontes cujo fim não pode ser outro senão voltar os pequenos agricultores contra os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção, o que no Alentejo será um esforço muito mal empregue. Da sua carta, publicamos algumas passagens e esperamos que outros pequenos e médios agricultores lhe sigam o exemplo:

“O maior número de famílias dos pequenos agricultores estão a trabalhar nas Unidades Colectivas de Produção aqui na zona. Muitos pequenos agricultores ficam a tratar dos seus gadinhos e sementeiras, mas as mulheres e os filhos vêm trabalhar para as herdades colectivas. Os pequenos e médios agricultores têm as suas parcelas de terreno, têm os seus olivais. Na apanha da azeitona precisam de meter três ou mais pessoas. Aqui no concelho de Montemor, como em toda a terra da Reforma Agrária, são as Unidades Colectivas de Produção que fornecem tanto homens como mulheres para irem às terras dos pequenos e médios agricultores-varejar. Grande número de pequenos agricultores vêm ao ex-Grémio da Lavoura, sabendo que também somos pequenos agricultores e estamos em contacto com os trabalhadores das UCPs. Vêm e dizem: “Precisamos de tantos homens ou mulheres.” E depois é só avisarmos “aquele agricultor na courela de tal, precisa de duas mulheres ou um homem” e as Unidades Colectivas fornecem. E fornecem não só em pessoas mas também em sementeiras que são feitas pelas máquinas das

Unidades Colectivas de Produção.

“Por isso quem disse tal mentira ao Ministério, que os trabalhadores não queriam ajudar os pequenos agricultores, mentiu descaradamente. E o Ministério tem obrigação de ter muito cuidado em lançar cá para fora os ecos das mentiras. Se tem dúvidas informe-se, que os trabalhadores e os pequenos agricultores estão prontos a dizer-lhe como as coisas correm.

“Quem não está a ser ajudado pelas UCPs são os grandes senhores e grandes rendeiros que vivem já da exploração dos pequenos e médios agricultores e que subarrendavam as terras, os que estão hoje na CAP e são contra a Reforma Agrária.

“Como já sucedeu o ano passado, pode o Ministério da Agricultura ficar ciente de que os trabalhadores rurais ajudam a apanha da azeitona dos pequenos e médios agricultores e ajudam muitas mais coisas. E dou exemplos de Unidades Colectivas de Produção que estão a dispensar pessoal para varejar nas courelas dos pequenos agricultores: “Germano Vidigal”, “25 de Abril”, “Picote e anexas”, “Bento Gonçalves”, “Boa Esperança”, “Joaquim Salvador do Pomar”, “Montemorense”, “Pedro Soares” e outras aqui do concelho.

“Nós, os pequenos e médios agricultores repudiamos a nota do Ministério da Agricultura com fortes razões. Antes da Reforma Agrária não havia trabalho para os operários agrícolas. Muito menos para as famílias dos pequenos agricultores. Se apesar de tudo, o operário agrícola tirava 100\$00 ao fim do ano, o pequeno agricultor tirava 70\$00. Hoje, nas Unidades Colectivas, as mulheres e os filhos dos pequenos agricultores trabalham ao lado dos trabalhadores agrícolas, o que muito os tem beneficiado.

“Neste momento, por onde tenho ido, o pequeno agricultor que tem 3 ou 4 hectares de terra e é a maior percentagem entre os agricultores, não está contra a Reforma Agrária, está com ela. Até alguns médios agricultores estão com a Reforma Agrária. Quem pretende, com coisas falsas, tentar pô-los contra?”

Francisco Roque, da Liga Concelhia de Montemor-o-Novo de Pequenos e Médios Agricultores.

AS DECLARAÇÕES E AS INTENÇÕES

Enquanto na Assembleia da República os deputados socialistas, juntamente com os comunistas, rejeitam a proposta do CDS de ataque à Reforma Agrária, na prática o Governo socialista de Mário Soares segue a orientação deste partido reaccionário e mete ombros ao desmantelar das conquistas dos trabalhadores agrícolas.

Porque esta actuação é verdadeira e ganhou força com o afastamento de Lopes Cardoso do Ministério da Agricultura e Pescas daí o contentamento expresso por Casqueiro, um dos patrões da CAP, que no final da sua entrevista com o novo ministro da Agricultura — António Barreto, recordemos o nome para a História deste país continuamente atraído por muitos daqueles que se dizem defender os trabalhadores — afirmava, impante:

“O encontro foi positivo, pois chegámos à conclusão de que a opção do senhor ministro sobre a Reforma Agrária se assemelha muito à nossa, inscrita num princípio europeu”.

Não era preciso Casqueiro dizê-lo para sabermos qual a opção do ministro da Agricultura. Sabemos também que

a CAP, nos seus tristemente famosos plenários onde não faltam os “mercedes” e outros carros de luxo, já não exigirá a queda do actual ministro.

Sem coragem para dizerem claramente que a Reforma Agrária ia ser atacada violentamente, o Governo socialista de Mário Soares, logo após o afastamento de Lopes Cardoso, veio realfirmar a pés juntos que não senhor, a Reforma Agrária continuará.

Mas ao fim destes meses de Governo socialista de Mário Soares e ao longo destes dois anos e meio de Revolução todos sabemos que as declarações das cúpulas do PS quase nunca correspondem às suas intenções. Falam de Revolução e praticam a recuperação do grande capital monopolista; falam de Reforma Agrária e devolvem as terras aos latifundiários; falam dos interesses dos trabalhadores e aumentam os preços, os impostos e congelam os salários. Se os trabalhadores reclamam, o Governo socialista de Mário Soares ameaça com as forças militarizadas, obrigadas de novo a fazerem um papel repressivo, muitas vezes contra sua vontade.

UM IMPORTANTE ESTUDO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

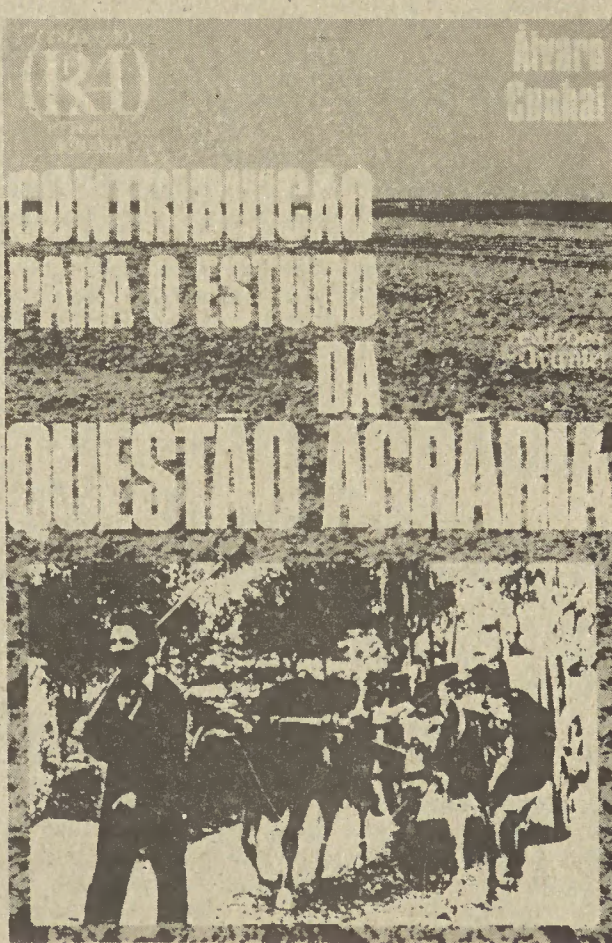
edições
Avante!

A concentração capitalista não se realiza apenas ao nível da apropriação da terra e dos meios de produção agrária: máquinas, gados, plantações, edifícios, etc.

O sistema capitalista faz rodear esse fundamental sector produtivo por estruturas comerciais, industriais e financeiras, com as quais as grandes empresas procedem a volumosas acumulações de lucros e juros, à custa da exploração dos trabalhadores de todos esses sectores e da ruína dos pequenos agricultores, comerciantes e industriais.

São muitíssimo variadas as formas de exploração capitalista. Álvaro Cunhal analisa-as em extensão e profundidade neste livro.

(da Introdução, de Júlio Silva Martins)



CONTRADIÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

ACERCA DA PRODUÇÃO DE CEREAIS

● Numa nota oficiosa publicada a 15 de Novembro, o Ministério da Agricultura conclui que “por virtude de condições climáticas pouco favoráveis, o quantitativo (de trigo) inicialmente previsto de 700 000 toneladas baixou, porém, consideravelmente, dado o baixo peso específico do cereal, principalmente o produzido nas zonas marginais. Assim, pensa-se que entre trigo do lote geral e trigo semente só se arrecadarão cerca de 600 000 toneladas, o que representa uma diferença, para menos, da ordem das 100 000 toneladas”.

● No passado domingo, dia 21, seis dias após a publicação da referida nota oficiosa, o ministro da Agricultura, dr. António Barreto, através da Rádio Televisão Portuguesa, não fala já em “condições climáticas pouco favoráveis” mas afirma antes: “o ano foi excepcional para o trigo, registando-se uma muito boa produção; 680 mil toneladas de produção total estimada, e 582 mil toneladas no total do trigo recolhido pelo Instituto dos Cereais.” Observe-se que, enquanto na nota oficiosa, se procurava dar a entender que a produção era de 600 000 toneladas (e não de 700 000 mil como estava previsto), em seis dias, a produção “aumentou” para 680 000 toneladas. É caso para perguntar ao senhor ministro: com que tabuada faz as suas contas? Porque não pergunta o senhor ministro aos trabalhadores das UCPs quanto trigo entregaram e quanto permanece por recolher por incúria do Instituto dos Cereais?

● Mas há mais: Como pode o ministro da Agricultura vir falar em números, se em tantos e tantos casos, o trigo não foi recolhido ainda? E como não falamos de cor, apresentamos-lhe exemplos: Como se compreende que só na primeira semana de Novembro, o Instituto dos Cereais dê ordem para serem recebidas as sementes nas UCPs “26 de Janeiro”, na Vidigueira, “Alvorada na Aldeia”, em Aldeia Nova de S. Bento (distrito de Beja) e outras? Como se compreende que tendo a UCP “Alentejo Vermelho”, em Castro Verde, produzido mil sacos de semente de trigo que foram ensacados e selados à ordem do Instituto dos Cereais, este organismo tenha apenas aprovado 500 sacos? Se o trigo foi colhido e ensacado, ao mesmo tempo e no mesmo monte, qual o critério de selecção dos senhores do Instituto dos Cereais?

● Não quererão antes o Instituto dos Cereais e o MAP justificarem a despesa de um milhão e meio de contos para a importação de trigo para o pão e as massas alimentícias?

● Quando, no passado domingo, o senhor ministro afirmou que “prestaram um péssimo serviço à Reforma Agrária”, “os que se dizem grandes amigos da Reforma Agrária”, “pois que ao exagerar, prometeram para cima de um milhão de toneladas de trigo...” está a estabelecer confusões. O que se previa era uma produção de trigo, aveia e cevada para o continente, que se aproximaria do milhão de toneladas.

Esta previsão não tem nada de extraordinário, nomeadamente se o senhor ministro se der ao cuidado de consultar as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, que eram de 933 600 toneladas. Ora o INE sempre foi acusado, inclusive por membros do seu partido, de pecar por defeito. Para o senhor ministro será que agora se tomará o INE suspeito de “estar cozido” com a Reforma Agrária?

● Por outro lado, ao contrário do que o senhor ministro procurou dar a entender, na Rádio Televisão Portuguesa, a muito boa produção de trigo e outros cereais não é devida ao “ano excepcional”. Isto porque, como o senhor ministro sabe, numa nota oficiosa do seu Ministério se falava nas “pouco favoráveis condições climáticas”. Mas contra as condições climáticas; e apesar delas, o que aconteceu foi o esforço heróico dos trabalhadores da Reforma Agrária, foi a realização, a defesa e a consolidação desta grande conquista da Revolução. E para que não nos acuse de “demagogia”, apesar de serem bem outros os dados e bem mais elevados, mais uma vez nos socorremos dos números do Instituto Nacional de Estatística (que, como saberá, é um departamento governamental) para o esclarecer.

● Vejamos: só na área da Reforma Agrária, concretamente nos distritos de Portalegre, Évora, Setúbal e Beja, é que se verificou um aumento da área semeada em 1976 relativamente ao decénio de 1966/75, tendo-se semeado mais 40%, ou seja, mais 192 800 hectares. Na mesma zona e ainda segundo o INE, só nestes distritos se verificaria aumento da produção dos cereais (trigo, aveia e cevada) de mais 250 300 toneladas, ou seja, mais 50% do que a média do último decénio.

● Sempre segundo o Boletim Mensal de Estatística, nos distritos de Castelo Branco, Santarém,

Lisboa e Faro, a baixa da área semeada em 1976 relativamente ao decénio de 66/75 foi de 41 000 hectares, ou seja, menos 27%. Nos outros distritos a diminuição da área semeada foi de 27 100 hectares, ou seja, menos 24%. Quanto à baixa de produção, foi de menos 15% (20 100 toneladas) para os distritos de Castelo Branco, Santarém, Lisboa e Faro e de menos 35% (menos 37 900 toneladas) para os outros distritos. Isto sempre segundo o insuspeito Instituto Nacional de Estatística.

● Face a estes dados, publicados por um departamento governamental, é de esperar que na próxima comunicação ao país o senhor ministro seja menos ambíguo e tenha o cuidado de informar o Povo português de que nos distritos em que se não concretizou a Reforma Agrária (exceptuando o de Santarém, onde, no entanto, está atrasado o processo de expropriação por manifesta violação das leis e da própria Constituição), “apesar do ano excepcional”, houve baixa da área semeada e quebra de produção. O Povo português não se importará que, se o senhor ministro preferir, refira antes que apesar “das pouco favoráveis condições climáticas”, a produção foi boa nas zonas da Reforma Agrária e sofreu quebra considerável nos distritos onde as terras continuam nas mãos de grandes senhores ou, divididas e desprotegidas, nas mãos de pequenos e médios agricultores que, tal como durante o fascismo, continuam com a corda na garganta.

ACERCA DO DESEMPREGO

● Numa nota oficiosa publicada a 18 de Novembro, o Ministério da Agricultura e Pescas refere a existência do desemprego em “algumas zonas rurais alentejanas” e ameaça com a intervenção da GNR nos campos do Alentejo, para garantir que “não fiquem por recolher os frutos da terra”, afirmando-se o MAP disposto a tomar juntamente, com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Administração Interna, as medidas firmes que a situação exige e as populações esperam.”

● Com isto os trabalhadores ficaram com a esperança de que finalmente a GNR vá intervir a seu favor e portanto contra os agrários absentistas. Mas para garantir o emprego de toda a mão-de-obra, a única via, e ainda por cima consignada na Constituição (art.º 97) e na Lei da Reforma Agrária, consiste

no MAP avançar com o processo das expropriações. E restam por expropriar, na zona da Reforma Agrária, 721 000 hectares, dos quais cerca de 500 000 nas mãos de grandes agrários que os trazem, quase na totalidade, amato. Será que vai dar cumprimento à Constituição e à Lei das Expropriações, como há tanto tempo urge, senhor ministro?

● As preocupações do senhor ministro da Agricultura acerca do desemprego são, no entanto, curiosamente esquecidas e contrariadas até, através de diversas medidas que além de ilegais são atentatórias contra a segurança de trabalho. Referimo-nos, por exemplo, à aplicação do direito de reserva na UCP de Serpa “Margem Esquerda”. As razões da ilegalidade são expostas noutro local. Mas os resultados já estão à vista. No caso concreto, a GNR interviu não para garantir o emprego mas para assegurar o desemprego, pois a primeira medida do agrário, protegido pelas forças militarizadas, foi despedir 19 dos 21 trabalhadores de propriedade da Lobata, parando assim as sementeiras. Atentando contra o trabalho e contra a economia nacional.

● E que dizer das decisões recentes do Conselho de Ministros que põem termo ao mecanismo legal do emprego compulsivo nas explorações agrícolas dos distritos de Beja, Portalegre, Setúbal e Évora? Tais medidas significam pura e simplesmente que por mais homens e mulheres que haja sem trabalho, os Sindicatos Agrícolas não podem, como até aqui, através de comissões paritárias onde se encontrava também o agrário, decidirem enviar trabalhadores para as explorações não cultivadas ou subcultivadas. Protege-se o absentismo? Estimula-se o desemprego?

● Os trabalhadores, hoje como sempre, afirmam que só a consolidação da Reforma Agrária pode permitir o aumento do emprego e da produção. Repare o senhor ministro que nas 436 unidades e cooperativas agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, o aumento de trabalhadores desde a ocupação das terras foi de 49 995 (mais 229%) entre permanentes e eventuais e de mais 32 966 (mais 297%) só tendo em conta os eventuais. Se o senhor ministro está, de facto, preocupado com o desemprego, exproprie os agrários e não esteja, pelo contrário, a dar-lhes terras de reserva seguindo critérios violadores da lei.

UNIDADE NA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

ÉVORA, BEJA E PORTALEGRE: A MESMA LUTA



Grandes manifestações de trabalhadores agrícolas assinalaram no passado fim-de-semana em Évora, Portalegre e Beja o repúdio pela recuperação latifundiária apadrinhada pelo novo ministro da Agricultura, António Barreto.

Eram milhares e milhares, homens, mulheres e jovens, pessoas que nunca fizeram outra coisa na vida senão trabalhar a terra, mas também pessoas de outras profissões solidárias com a luta dos operários agrícolas.

Das aldeias mais distantes, das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas Agrícolas mais afastadas — ali estavam. Ninguém faltou numa hora em que se defendia o futuro da Reforma Agrária. Rostos serenos mas ao mesmo tempo determinados a não transigirem no regresso à exploração e à miséria.

Assim sucedeu em Beja, no sábado. Assim se repetiu em Évora e Portalegre no domingo.

EM BEJA

Movimento desusado em Beja, no sábado. Camionetas, tractores com atrelados, motorizadas convergiam para a cidade. Quase todos tinham terminado o trabalho há pouco e nem tempo houvera para trocar de fato. E a concentração começou a fazer-se no campo de futebol daquela cidade alentejana.

No plenário que decorreu, por todos foi manifestado o mais vivo repúdio pela devolução da Herdade da Lobata ao antigo latifundiário, bem como pelas manobras governamentais que se avolumam contra a Reforma Agrária.

Um dos oradores, Manuel Godinho, membro do departamento de Agricultura da Intersindical Nacional, exprimiu de uma maneira clara o querer de todos os trabalhadores ali presentes ao considerar a Reforma Agrária "como uma luta de todos os trabalhadores portugueses e não apenas dos rurais".

Reforçando esta ideia recordou os "milhares de horas de trabalho que outros trabalhadores deram voluntariamente nas colheitas e milhares de contos dos seus salários para a compra de máquinas agrícolas. Nos piores dias da ditadura fascista — acrescentou — os trabalhadores não foram derrotados! E não o serão agora!"

A vontade de vencer mais esta provocação aos trabalhadores agrícolas e à Reforma Agrária ficou bem marcada por todos os que ali se deslocaram e que no final do

plenário percorreram as ruas da cidade.

Defenderemos a Reforma Agrária, defenderemos o direito ao trabalho e à produção, defenderemos o direito dos nossos filhos terem uma vida melhor, sem exploração nem miséria — determinação que uniu todos os que ali estavam.

EM EVORA E PORTALEGRE

O mesmo espírito prevaleceu tanto em Évora como em Portalegre onde no domingo decorreram, igualmente, grandes manifestações contra a entrega das terras aos agrários.

Milhares e milhares de trabalhadores acorreram àquelas duas cidades expressando assim o seu repúdio contra as manobras levadas a cabo pelo actual Ministério da Agricultura.

Em Portalegre, João Carita, da comissão liquidatária do ex-Grémio da Lavoura de Campo Maior afirmou, apontando para a política do Governo:

"Não admira que o CDS e o PPD ataquem a Reforma Agrária. Agora que um partido governamental venha tomar posições idênticas... Não basta reprovamos um projecto-lei contra a Reforma Agrária. É preciso que ela tenha continuidade."

"Expropriações!" e "A lei é para se cumprir!" foram duas das palavras de ordem mais proferidas durante o plenário. Com isto os trabalhadores referiam-se às centenas de milhar de hectares de terreno que são abrangidos pela expropriação e que continuam na posse dos latifundiários, completamente abandonados.

A mesma determinação e a mesma confiança de vencer esta batalha se viveu em Évora onde os milhares de trabalhadores presentes aprovaram duas moções, numa das quais exprimem o seu protesto "contra a presença de forças militarizadas na Unidade Colectiva de Produção "Margem Esquerda", no concelho de Serpa, com grande aparato bélico, tentando impor, pela força das armas, o direito de reserva e impedindo o prosseguimento das sementeiras, em condições que desrespeitam a Lei da Reforma Agrária, o compromisso assumido pelo Governo e outros órgãos do poder e departamentos estatais e a Constituição."

Após a concentração, uma impressionante manifestação percorreu as ruas de Évora até ao Governo Civil, onde as referidas moções foram entregues.



Esta imagem repetiu-se por todo o Alentejo no último fim-de-semana. A presença de milhares de trabalhadores agrícolas era a prova mais evidente do repúdio pela política latifundiária do Ministério da Agricultura.



Os trabalhadores agrícolas querem assegurar o direito ao trabalho e a uma vida sem exploração, o que não parece ser a intenção do Governo socialista de Mário Soares.

O que a lei diz e o Governo não cumpre sobre direito de reserva

O exercício do direito de reserva, se não se tiver em conta os interesses das novas unidades, se não se procurarem soluções com outras terras expropriáveis ou outros locais, se não se mantiver o direito preferencial ao arrendamento pelas cooperativas e unidades colectivas no caso do proprietário não explorar directamente a terra será um poderoso instrumento de recuperação de terras pelos agrários a que os trabalhadores têm de responder firmemente.

Esta análise do camarada Álvaro Cunhal no Relatório do Comité Central aprovado pelo VIII Congresso está, mais depressa do que muitos imaginariam, a comprovar-se na prática. O Governo PS, impulsionado por forças de direita e impulsionando-as, procedeu à maior ofensiva contra a Reforma Agrária, utilizando o direito de reserva como uma arma contra os trabalhadores, contra a produção e a economia nacional. O exemplo mais escaldante é o caso da herdade da Lobata. Exemplo duplamente claro porque demonstra claramente, mais uma vez, a opção de classe do Governo PS, a sua cedência às forças de direita e porque, por outro lado, prova como para fazer vingar esta opção, o Governo não hesita em violar as leis que transformou a seu bel-prazer e que, mesmo assim, não lhe servem.

O direito de reserva, regulamentado pelos Decretos-Leis 406-A/75 e 407-A/75 (Lei das Expropriações), veio permitir que o proprietário expropriado pudesse reservar para si uma área de terra que não excedesse 50 000 pontos. Mas este direito só podia ser satisfeito mediante determinadas condições: apenas deveriam ter direito de reserva aqueles que explorassem directamente a terra e que praticamente não tivessem outros rendimentos.

Tais condições foram pressurosamente modificadas, assim que as forças do PS se tornaram predominantes no Governo. A modificação iniciou-se no VI Governo Provisório e foi prosseguindo. Com os Decretos-Leis 236-A/76 e 248-A/76 o direito de reserva foi alargado a todos os proprietários expropriados

Sábado 10 de Abril de 1976 I Série — Número 66

DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTA LÍNEA — 84\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer particular, e qualquer que se relacione com o Diário da República deve ser enviada para o Departamento de Imprensa Nacional, Rua de S. Francisco, 120, Lisboa, e não para o Diário da República.

A assinatura deste jornal é obrigatória para todos os estabelecimentos comerciais e industriais, e para todos os estabelecimentos públicos.

SUMÁRIO
Presidência da República: Portaria n.º 214/76. Aprova como norma definitiva o manual E-117. Aprova a Constituição da República Portuguesa. Presidência do Conselho de Ministros: Declaração: De ter sido revogado o Decreto n.º 225/76, de 25 de Março, que estabelecia disposições relativas ao processo de gestão da qualidade do Ambiente de Ilhas da Administração Pública.

vivessem ou não da terra, explorassem-na directamente ou não! Apenas se manteve uma dessas condições dos decretos anteriores ao VI Governo: não seria concedido direito de reserva aos proprietários que tivessem terras incultas ou subaproveitadas.

Com o Decreto-Lei 493/76, o direito de reserva foi regulamentado com maior pormenor.

O que dizem, neste momento, as leis vigentes sobre o direito de Reserva?

1.º — Se as terras estavam ou estão incultas ou subaproveitadas sem razão, não há direito de reserva (D-L 236-A/76, art.º 1.º; D-L 248/76, art.º 1.º).

2.º — A reserva não será marcada nos antigos terrenos do agrário se afectar a viabilidade económica da cooperativa que as utilize (D-L 493/76, art.º 6.º).

3.º — Quando os proprietários duma área passível de reserva não a explorem directamente, as cooperativas gozarão do direito de preferência no arrendamento dessa área (D-L 236-A/76, art.º 1.º; D-L 248/76, art.º 1.º).

4.º — O direito de reserva caduca se não for exercido no prazo de 30 dias a contar do respectivo aviso do Centro da Reforma Agrária, ou de 15 dias a contar da publicação por este do respectivo edital, e se os agrários não manifestarem todos os prédios rústicos e urbanos de que são proprietários.

Finalmente, o artigo 104.º da Constituição estipula que na definição e execução da Reforma Agrária, nomeadamente nos organismos por ela criados, deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores.

Por isso os trabalhadores têm de ser ouvidos e atendidas as suas razões quando do estabelecimento do direito de reserva. No entanto, este direito de reserva só pode ser estabelecido depois de concluídas as expropriações e sendo ouvidos, em cada caso, os trabalhadores. Nesta questão, como nas demais de política agrária, na zona da Reforma Agrária, impõe-se "o acordo das unidades colectivas de produção directamente interessadas".

Para fazer cumprir a lei, os trabalhadores terão de contar com as suas próprias forças. Na verdade, que há a esperar quando o Ministério da Agricultura agrada de tal modo à CAP que esta vem afirmar na RTP que "estão convencidos de que a sua opção coincide com a opção do senhor ministro da Agricultura"?

O CONGRESSO SINDICAL AVANÇA!

Até ao dia 28 de Dezembro próximo, prosseguirá em todos os sindicatos portugueses a discussão dos projectos (teses) de estatuto da Intersindical Nacional (central única) do programa de acção e da lei sindical, documentos essenciais a apresentar no Congresso marcado para fins de Janeiro do próximo ano. A CNOC (Comissão Organizadora) lembra que as inscrições terminam em 13 de Dezembro e apela para o esclarecimento e debate dos problemas contidos naqueles documentos.

Enquanto aumenta a adesão ao Congresso, com

O Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da

Intersindical, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — designação adoptada oficialmente em

a derrota das posições divisionistas em novos Sindicatos, a "Carta Aberta" leva por diante o referendo ilegal com participação muito reduzida entre os trabalhadores dos Escritórios de Lisboa e anuncia para 27 e 28 um plenário em Coimbra.

Condenadas em grandes assembleias e reuniões gerais de sindicatos, com uma participação numerosíssima e inédita em Portugal, as atitudes divisionistas teimam contudo em remar contra a maré, agora até com a intervenção surpreendente de um alto dignatário da Igreja.

RGS — defenderá, segundo as teses, e incluirá nos estatutos da Central Única, os pontos fundamentais por que todo

o movimento sindical unitário se bateu durante o fascismo e que têm hoje expressão na luta desenvolvida pelos trabalhadores, por todo o movimento operário e popular, contra a recuperação capitalista e na defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário e das liberdades. Esses quatro pontos fundamentais (unidade, democracia, independência e liberdade a todos os níveis do movimento sindical) têm reflexos muito precisos nas realizações e na luta diária dos trabalhadores nas empresas. Não é demais insistir na sua importância e incidência directas no êxito da luta que se trava contra a legislação antioperária do Governo, contra os despedimentos, contra o aumento do custo de vida, pela contratação colectiva, pela defesa dos direitos dos delegados e dirigentes sindicais, pela salvaguarda do livre exercício da actividade sindical.

REFERENDO E OUTRAS MANOBRAS

Trabalhadores dos escritórios denunciam, entretanto, o preço que tem custado a toda a classe o divisionismo da actual direcção do Sindicato de Lisboa. Mil e quinhentos contos foi o que se gastou até hoje na "Carta Aberta", nesta "manobra antitrabalhadores", só por parte daquele Sindicato. O processo é velho e conhecido: utilizar os dinheiros dos trabalhadores contra os próprios trabalhadores era próprio do fascismo. Lembra-lo nesta ocasião (em que o vespertino da CIP, *Jornal Novo*, se preocupa diariamente com as "questões sindicais", usando a provocação em títulos como "Inter responsável pela cisão") faz parte do esclarecimento a que todos os trabalhadores devem ter acesso.

A força da "Carta Aberta" está reduzida aos favores propagandísticos que lhe fazem a TV e a Imprensa ao serviço da direita, ao serviço da recuperação capitalista, agrária e imperialista. Mas os resultados continuam muito escassos. O último referendo ilegal e anti-estatutário no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa deveria servir de aviso aos que mantêm atitudes de cisão: a vinculação à "Carta Aberta" foi apoiada por pouco mais de um sexto dos filiados naquele Sindicato. Dos 65 000 trabalhadores sindicalizados apenas 10 972, segundo resultados provisórios, rejeitaram a participação no Congresso.

O plebiscito foi impugnado. Razões havia e de sobra para o recusar. Além de anti-estatutário, o referendo não foi precedido de qualquer esclarecimento ou debate, que a direcção parece temer — e tudo leva a crer que teme, sobretudo depois da assembleia geral de 14 de Outubro finda, onde as suas atitudes antidemocráticas chegaram até a troca do sentido das votações.

Por outro lado, como foi lembrado por mais de dois mil sócios, uma reunião efectuada recentemente no Instituto Superior Técnico, o órgão máximo do Sindicato é a Assembleia Geral e os corpos gerentes não foram autorizados por esta a convocar qualquer referendo seja de que tipo for.

Além disso, "na assembleia geral do dia 14 de Outubro foi aprovado um requerimento para a sua continuação, o que não foi cumprido — acrescentam aqueles trabalhadores dos Escritórios, lembrando ainda que deliberar sobre a saída da Intersindical Nacional é uma alteração aos Estatutos que a direcção não tem poderes para impor mediante referendo.

O que os corpos gerentes do Sindicato pretendem é anular as decisões das Assembleias Gerais como órgão máximo dos trabalhadores sindicalizados e reduzir a democracia a decisões de gabinete, com desprezo bem claro pelos princípios que a "Carta Aberta" insiste em divulgar.

Decisões tão graves como a saída da Intersindical, o não pagamento de quotas à Central e a não participação no Congresso não podem ser tomadas por referendo, sem qualquer garantia válida de fiscalização e desrespeitando todos os princípios democráticos e disposições estatutárias. Por isso se impõe uma nova assembleia geral, para voltar a discutir todas essas questões, para propor e votar acerca delas, apelando para a participação democrática de todos os trabalhadores sindicalizados.

CONGRESSO ABERTO CONTRA INGERÊNCIAS E MÁ FÉ

O Congresso Sindical é aberto a todos os Sindicatos. Não se fecha a porta a ninguém. Todas as correntes sindicais podem participar de pleno direito. O Regulamento distribuído pela Comissão Organizadora (CNOC) é bem claro a esse respeito. E os trabalhadores assim o têm defendido, recusando a formação de blocos dentro do movimento sindical. Numerosos filiados em Sindicatos que subscreveram a "Carta Aberta" actuam unitariamente na defesa do Congresso de Todos os Sindicatos, recusando a divisão, seja por critérios partidários, seja por ingerência do patronato, dos órgãos do poder ou de qualquer confissão religiosa.

Essas ingerências disfarçam-se até, ainda que mal, de conselhos paternais, de boas palavras de púlpito abaixo, com as quais se pretende apontar ao trabalhador o "inferno da unidade (para já não falar na unidade)", agitando espantinhos de antes da guerra e mais antigos até, chamando, por linhas tortas, "crianças" buliçosas a trabalhadores adultos e responsáveis, falando da sua luta com o desprezo do catequético que arvora o seu latim para denunciar, como sucedeu há dias no Porto, a "idolização do trabalhador, um culto idolátrico do trabalhador" e o "processo de infantilização" (!) em que estaria envolvido. E tudo para lamentar o mal de não haver "sindicalismo autêntico e responsável" — palavras de quem vê na "organização profissional politizada"

— citamos *O Seculo* de 22 do corrente — "a decapitação da dignidade operária" (...).

toda. Não deixaremos, porém, de divulgar esta apreciação inaudita da "nova e vasta

A TELEVISÃO COLABORA

Num comunicado, a Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CNOC), órgão sindical eleito pela vontade democraticamente expressa de 222 sindicatos representando 1 585 000 trabalhadores, acusa a RTP (serviço público, que ao serviço do público deveria estar) de clara discriminação acerca dos trabalhos preparatórios do Congresso. A RTP, que se limitou a transmitir uma breve notícia acompanhada de um «slide» a propósito da conferência de imprensa dada pela CNOC no passado dia 16, apresentou, no mesmo noticiário, uma desenvolvida reportagem de uma conferência de imprensa dada, no mesmo dia, por algumas direcções sindicais ligadas à "Carta Aberta", incluindo uma longa comunicação de um dos responsáveis pelo evento. «Chamamos mais uma vez a atenção das entidades responsáveis pela comunicação social, nomeadamente pela RTP, para estas atitudes discriminatórias e injustificadas que em nada abonam a independência e objectividade da Informação. Alertamos igualmente as massas trabalhadoras para as manobras desinformativas de certos órgãos de informação, especialmente no que se refere ao noticiário que interessa às classes laboriosas do nosso País» — refere a CNOC no seu comunicado.

a infantilização do trabalhador (!).

Lê-se e mal se acredita, mas a peroração não se esgota assim. Não a podemos citar

literatura — continuamos a citar *O Seculo* — dos comunicados sindicais.

"Não aparece em tal literatura o 'trabalhador' como o menino que se quer mimado,

O INÍCIO DE UMA NOVA ETAPA NA COOPERAÇÃO COM A URSS

A assinatura do protocolo de cooperação assinado em Moscovo pela Comissão Mista para a Cooperação Económica, Científica e Técnica, entre a União Soviética e Portugal, surge na sequência de vários contactos estabelecidos entre delegações do nosso País e da URSS, após o 25 de Abril.

Um dos últimos e mais importantes momentos do processo de cooperação com a União Soviética registou-se em Junho passado com a visita oficial a este país do então ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes. No decorrer da sua permanência na URSS, foram travadas importantes conversações e debates diversos problemas relacionados com a cooperação técnico-científica, tendo também sido decidida a convocação da Comissão Mista.

A nossa cooperação económica, científica e técnica tem particular importância para o nosso país, para a felicidade do nosso Povo. Durante muitos anos havia uma barreira entre os nossos povos, que não permitia que nos conhecessemos. Peço a todos que compreendam quais são as dificuldades com que luta o Povo Português. Estou certo de que podemos contar com a vossa boa vontade para nos ajudarem a suprimir essas dificuldades — afirmaria o embaixador de Portugal na União Soviética, dr. Mário Neves, durante a cerimónia de assinatura do protocolo final da primeira sessão de trabalhos da Comissão Mista para a Cooperação Económica, Científica e Técnica, a Longo Prazo, entre a União Soviética e Portugal, que decorreu de 15 a 18 deste mês em Moscovo.

Pela parte portuguesa assinou o documento o dr. Mário Neves e pela parte soviética o vice-presidente do Comité para a Ciência e a Técnica do Conselho de Ministros da URSS, camarada Mikhail Kovaliov, que a dado passo da sua intervenção, na cerimónia de assinatura, afirmaria:

Por parte da União Soviética, será feito todo o possível para que as decisões agora adoptadas sejam levadas à prática e para que à República Portuguesa seja proporcionada ajuda de todo o tipo no desenvolvimento da sua ciência e economia, no seu avanço pelo caminho do progresso social.

Nesta primeira sessão da Comissão Mista, que assinala o início de uma nova etapa no processo de intercâmbio e cooperação com a União Soviética, foram tomadas decisões que abrem perspectivas para um grande desenvolvimento da cooperação económica e técnico-científica entre os dois países. No comunicado conjunto, divulgado no final da reunião, salienta-se que "os trabalhos da comissão mista decorreram numa atmosfera de actividade prática e amigável", tendo as duas partes reafirmado "o desejo de desenvolver a cooperação científico-técnica de acordo com as disposições da acta final da Conferência de Helsinquia".

ULTRAPASSAR AS DIFICULDADES

Embora francamente positiva, esta reunião efectuada em Moscovo não atingiu totalmen-

te os resultados que se podem obter na cooperação e intercâmbio com a União Soviética. Na verdade, tal como frisou o dr. Mário Neves durante a sua intervenção, as conversações ainda não atingiram os resultados possíveis: Estou certo que com a boa vontade que temos aqui encontrado, todas as dificuldades até agora

com o direito absoluto de reclamar todos os brinquedos que veja ou imagine nas mãos dos "burgueses", com um apetite ou bolívia insaciável e de capricho exclusivista, finalmente com o direito supremo de bater o pé, de chorar-se e pemeiar, enquanto não insulta e chama nomes feios?"

O que é que dita estas palavras, arrumadas para afirmar e não para interrogar, escusado será lembrá-lo? Elas vêm exactamente da mesma fonte que só vê "gente" no trabalhador quando dividido, quando isolado, quando fraco, quando desorganizado, quando vítima das contradições com que o capitalismo pretende isolá-lo a toda a hora.

Os comunicados sindicais são feitos por trabalhadores organizados, nos quais outros trabalhadores — e são muitos! — confiam elegendo-os, apoiando-os. Está profundamente enganado (ou pretende enganar os outros) quem vê no movimento sindical, no movimento operário e popular, "crianças manobradas", que lutariam por "brinquedos" e coisas assim, inventadas por quem nada afirma de concreto, falando no "trabalhador" como quem põe um rótulo em coisa abstracta com um único fito: desviar os verdadeiros trabalhadores (que repelem os insultos) da sua luta de sempre contra o capitalismo, contra a recuperação capitalista organizada, que só com a organização, que só com a unidade, pode ser combatida.

surgidas acabarão por ser superadas.

No entanto, a primeira sessão da Comissão Mista discutiu as possibilidades de alargamento de contactos que tenham como objectivo o reforço da cooperação nos domínios da energia eléctrica, fabrico de maquinaria, pecuária, agricultura, silvicultura, lavoura e investigação científica. Foram igualmente debatidos problemas relacionados com a utilização das pirites e dos sienitos petrolíferos. Foram constituídos grupos de trabalho, cuja tarefa fundamental é elaborar planos concretos que conduzam ao desenvolvimento da cooperação em diversos sectores.

A Comissão vai levar a efeito, em 1977-1978, um intercâmbio de exposições e filmes sobre temas relacionados com a técnica e a ciência. Foi apontada, também, a utilidade da promoção de colóquios, encontros e simpósios.

IMPORTANTE ACORDO NO DOMÍNIO DESPORTIVO

Os nossos sindicatos, para além de se preocuparem com as condições de vida dos trabalhadores, tomam a seu cargo funções no âmbito da cultura, da organização dos tempos livres e dos desportos — sublinhou o vice-presidente do Conselho Central das Sociedades Desportivas dos Sindicatos Soviéticos, no decorrer de uma conferência de imprensa promovida recentemente para dar a conhecer os resultados dos contactos estabelecidos, em Portugal, entre uma delegação do CCSDSS e o INATEL.

No encontro com os jornalistas estiveram presentes os camaradas Yuravlev, vice-presidente do CCSDSS e Shuratin, presidente do UROJAI; Manuel Pedro Lovegrove e Fernando Chambel, representantes do Movimento Sindical na Comissão Administrativa do INATEL; o major Lobo César e Dórdio Guimarães, representantes do Governo na CA; e Sousa Santos, do departamento desportivo do INATEL.

Sobre as formas de cooperação entre o nosso país e a União Soviética nos domínios do desporto para trabalhadores foi revelado que se realizará na URSS um estágio de formação, de quinze dias, destinado a técnicos portugueses ligados à actividade desportiva dos trabalhadores.

Seria igualmente anunciado que em Janeiro próximo se deslocará aquele país socialista uma equipa portuguesa de voleibol masculina, estando prevista para o próximo mês de Maio a presença, entre nós, de uma equipa feminina soviética. Verificar-se-á ainda durante o próximo ano a deslocação a Portugal de uma formação soviética, visita que surge na

sequência da deslocação feita recentemente à URSS pelo "team" de futebol da Cerâmica de Valadares.

Mais adiante, seria salientada a vinda ao nosso país de um técnico soviético de voleibol o que motivará a promoção de encontros e cursos, onde serão abordados aspectos ligados não só àquela modalidade como à organização desportiva a nível de empresa. Estas jornadas terão lugar em Lisboa, Porto e Coimbra.

No campo internacional, as organizações desportivas dos sindicatos soviéticos mantêm contactos regulares com 25 países, e regularmente procedem a trocas de delegações com todos os cantos do mundo. — afirmaria o camarada Yuravlev, depois de frisar que nos últimos anos a actividade desportiva dos trabalhadores soviéticos — que envolve cerca de trinta milhões de pessoas — se tem desenvolvido intensamente, sendo bastante frequente, em muitas empresas, a existência de períodos de intervalo destinados à prática desportiva e à ginástica. Tendo sempre presente a ideia de que as sociedades desportivas dos sindicatos soviéticos não pretendem a obtenção de grandes feitos ou de grandes marcas, mas sim a mobilização de todos os trabalhadores para a prática regular do desporto, o camarada Yuravlev acentuou que para além de um amplo trabalho de fomento desportivo, aquelas sociedades promovem a realização de campeonatos em todas as modalidades e desenvolvem uma intensa actividade de apoio às iniciativas desportivas destinadas às camadas mais jovens da população.

GRAVE INGERÊNCIA DO GOVERNO NO MOVIMENTO SINDICAL DENUNCIADA PELA INTER

A recente decisão do Governo minoritário e "andarião" do PS, tomada na sua "histórica" viagem ao Porto, de revogar um dos artigos da lei sindical e estipulando que a cobrança das quotas sindicais passe a ser efectuada pelos sindicatos, é denunciada num comunicado do secretário da Intersindical Nacional como uma clara ingerência do poder político no movimento sindical, além de ser contrária aos interesses dos trabalhadores e tomada sem que os mesmos fossem ouvidos, como estipula a Constituição.

Ao decretá-la — salienta o comunicado da Intersindical — o Governo não desconhece que tal contraria o que está acordado em inúmeras convenções de trabalho celebradas entre os sindicatos e o patronato, pretendendo visar com ela o enfraquecimento do movimento sindical e obrigar à criação de um dispendioso mecanismo burocrático, cuja necessidade os

trabalhadores já tinham ultrapassado na sua luta. Reavivando a memória de tão "esquecidos" — mas viajados — governantes, o secretariado da Inter refere: Com efeito, Silva Pinto, ministro das Corporações do regime fascista, face às progressivas acções antissindicalistas e anticapitalistas desencadeadas pelos trabalhadores, através das suas estruturas sindicais, nomeadamente com a crescente influência da Intersindical, tentou impor medidas idênticas de carácter demagógicamente liberalizante mas que, no fundamental, apenas pretendiam desarticular o aparelho sindical, criando-lhe dificuldades para o enfraquecer.

E o comunicado recorda: Já nessa altura os trabalhadores reagiram e, repudiando-a, impediram a sua concretização.

A determinado passo do comunicado, o secretariado da Intersindical refere: O primeiro Governo constitucional, cada vez

menos capaz de resolver os problemas que afligem o povo português, encontra somente energias para revogar mais um artigo da lei sindical, prosseguindo na via da recuperação capitalista e, neste caso concreto, imitando a acção do ministro fascista Silva Pinto.

A terminar, o comunicado da Intersindical Nacional acentua: Os trabalhadores portugueses e a sua organização sindical tudo farão para impedir a violação das suas conquistas e direitos fundamentais, nomeadamente, a liberdade sindical e a sua participação na elaboração da legislação de trabalho, consignadas na Constituição. Nesse sentido, a Intersindical diligenciará junto de todos os órgãos do poder a fim de impedir a assinatura e promulgação pelo Presidente da República do referido diploma por constituir mais uma violação da lei fundamental.

PROJECTO DOS TRABALHADORES SOBRE CONTRATAÇÃO COLECTIVA TEM O APOIO DOS DEPUTADOS DO PCP

A Comissão de associações sindicais e o secretariado da Intersindical Nacional apresentaram já aos órgãos do poder e aos grupos parlamentares do PS e do PCP um projecto de lei sobre contratação colectiva, que visa a revogação do Decreto-Lei 164/76 e a aprovação de legislação nova, radicalmente diferente da legislação antioperária do Governo, que dá cumprimento à Constituição salvaguardando os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores.

Esta acção empreendida pela Intersindical Nacional surge na sequência das deliberações tomadas nos plenários da Inter de 13 de Março, 12 de Julho, 29 de Julho e 9 de Outubro deste ano

e o seu projecto mereceu a aprovação de treze dos maiores sindicatos e de dez federações sindicais que se de frontam com o congelamento, de facto, da contratação colectiva que atinge centenas de milhares de trabalhadores.

Aliás, este documento agora apresentado aos órgãos do poder foi ratificado nas conclusões do Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores que se realizou no passado dia 6 de Novembro com a participação de 156 sindicatos, 621 dirigentes, 3155 delegados sindicais e 1377 membros de comissões de trabalhadores, representando 711 860

trabalhadores de 2016 empresas.

O projecto de lei da contratação colectiva foi apresentado pela Intersindical ao abrigo do direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis de trabalho, direito esse reconhecido na Constituição.

Num comunicado emitido, o secretariado da Intersindical e os sindicatos e federação singnatárias do projecto de lei, depois de referirem o facto do grupo parlamentar do Partido Comunista ter já publicamente anunciado a decisão de fazer seu o projecto de lei do movimento sindical, decidem continuarem a "desenvolver diligências junto do grupo parlamentar do PS a fim de que este adopte idêntica atitude".

TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO ACUSAM MARCELO CURTO DE PROMETER MAS NÃO CUMPRIR

As críticas dirigidas pelos mais vastos sectores do mundo do trabalho contra a actuação incorrecta e contrária aos interesses dos trabalhadores por parte dos responsáveis governamentais, em geral, e, particularmente, por parte da equipa que dirige o Ministério do Trabalho, avolumam-se dia a dia.

Desta vez, são os trabalhadores da panificação que vêm publicamente acusar o ministro de não respeitar as promessas feitas publicamente aos trabalhadores, no decorrer de uma conferência de imprensa concedida na semana transacta por elementos responsáveis da Federação dos Sindicatos da Panificação.

No decorrer da conferência de imprensa, os dirigentes sindicais da panificação revelaram que, na sequência de deliberações tomadas a nível nacional, os trabalhadores deste ramo de actividade decidiram esperar até ao próximo dia 30 pela publicação de uma portaria de regulamentação do trabalho no sector, na qual se respeite o acordo estabelecido entre a Federação e o Ministério,

nomeadamente no que respeita à abolição do horário livre.

Caso o Governo não publique, até esse dia, a portaria, as direcções sindicais de todo o país reunir-se-ão passados dois dias e decidirão das formas de luta a adoptar para que fiquem salvaguardados os interesses dos trabalhadores da panificação.

Os trabalhadores recordaram que, aquando do recente conflito verificado no sector, o Ministério do Trabalho comprometeu-se a publicar a portaria no prazo de dez dias, o que não veio a acontecer. E, a este propósito salientaram: "O Ministério do Trabalho faltou por duas vezes a promessas feitas publicamente".

Os dirigentes sindicais acentuaram o facto do actual titular da pasta, dr. Marcelo Curto, ter sido o autor dos principais tópicos de uma exposição que o Sindicato de Lisboa entregou, em Junho de 1974, ao Ministério do Trabalho, sobre a questão do horário livre. O dr. Curto era, na altura, advogado do Sindicato.

Mas os tempos mudam-se, os cargos e as vontades também. E os trabalhadores da panificação afirmam: "Agora que é ministro, tenta impôr aos trabalhadores um horário livre, tal como foi imposto no tempo do fascismo pelo ministro Silva Pinto".

Terá o dr. Marcelo Curto, com a mudança dos tempos, passado de advogado dos sindicatos a advogado do diabo?

O que é certo é que os trabalhadores da panificação não vergam perante as mudanças de quem afirma defender os interesses dos trabalhadores, mas falta às promessas feitas. No próximo dia 2 de Dezembro, e caso até lá a portaria não seja publicada, os trabalhadores da panificação reunir-se-ão, sob a égide da Federação dos Sindicatos, para decidirem das formas de luta a adoptar. No entanto, e segundo foi anunciado na conferência de imprensa, os trabalhadores não excluem a possibilidade de virem a ocupar os locais de trabalho ou, em alternativa, de distribuírem gratuitamente o pão.

ENCONTRO DA JUVENTUDE TRABALHADORA DAS REGIÕES DE LISBOA E SETÚBAL

A participação activa e organizada da juventude trabalhadora na preparação do Congresso dos Sindicatos para a Unidade; o reforço da participação da juventude no Movimento Sindical; a defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora; e a análise dos problemas concretos das massas juvenis e das medidas que se impõem para a sua solução imediata, são os temas fundamentais do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora, a realizar no domingo, no Instituto Superior Técnico, a partir das 10 horas. Esta jornada de unidade e luta é promovida pelas Comissões Sindicais da Juventude de Lisboa e Setúbal, que ainda em Julho último se pronunciaram pela necessidade de promover encontros regionais de discussão, onde se abordassem os problemas específicos dos jovens. Depois de uma sessão de abertura, o Encontro inclui os seus trabalhos o debate, em secções, dos seguintes temas: **A Juventude e o Movimento Sindical, A Juventude Trabalhadora e a Ocupação dos Tempos Livres e O Trabalhador-estudante.** A jornada prosseguirá com um plenário de encerramento em que serão postas à votação as conclusões apresentadas nas secções. Para finalizar, está prevista uma sessão de convívio com canto-livre e baile.

Para nos falarem dos objectivos do Encontro, como nasceu e como se irá desenrolar, a reportagem do «Avante!» contactou dois elementos do Secretariado Organizador: João Silva, da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e Francisco Lopes, do Sindicato da Indústria Farmacêutica.

Embora se integrem na luta que as classes trabalhadoras vêm desenvolvendo em todas as frentes por uma sociedade democrática, justa, livre e independente a caminho do socialismo, os problemas da juventude trabalhadora e estudantil englobam, no entanto, aspectos particulares que exigem soluções próprias.

No nosso país trabalham, nos diversos sectores da vida nacional, cerca de um milhão de jovens com idades inferiores a 24 anos — um terço da população activa.

Presentemente, as entidades oficiais continuam a não reconhecer a contribuição dada quotidianamente pelos jovens trabalhadores para a riqueza nacional, para o desenvolvimento do nosso país.

particpe em massa, se prepare para prosseguir na defesa das grandes conquistas alcançadas e na consolidação da democracia rumo ao Socialismo. É preciso que a juventude se mantenha firme e coesa para assim prosseguir na vanguarda do Movimento Sindical revolucionário, na defesa intransigente dos interesses de todos os explorados.

Perguntareis: Mas então como nos vamos organizar? Que devemos fazer para participar? Como poderemos estar unidos?

Camaradas: A Unidade não é uma palavra vã. A Unidade forja-se no dia-a-dia, em torno de problemas concretos que nos levam a lutar por um mesmo objectivo.

Lisboa e Setúbal, das federações, das comissões sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

INÚMEROS PROBLEMAS

A ideia da realização deste Encontro partiu de uma reunião nacional, promovida em Julho deste ano pelas Comissões Sindicais de Juventude.

No decorrer desta jornada, chegou-se à conclusão que era necessário efectuar encontros regionais e grandes plenários a nível distrital para a discussão e análise dos problemas concretos da juventude. Estas reuniões seriam uma primeira etapa para a convocação de um plenário nacional, que se realizará após o Congresso dos Sindicatos. Como as cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal praticamente se tocam, nós avançamos com a realização deste Encontro Regional onde estarão presentes elementos da juventude trabalhadora de Lisboa e Setúbal — começou por nos afirmar João Silva, da USL.

Depois de se referir aos objectivos fundamentais do Encontro — participação activa e organizada da juventude trabalhadora na preparação do Congresso dos Sindicatos; reforço da participação da juventude no Movimento Sindical; e defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora — aquele jovem sindicalista sublinhou que o Encontro Regional que se vai realizar no domingo traduz o resultado de mais de 70 reuniões promovidas nas empresas, escolas e noutros locais, estando prevista a participação de mais de 600 delegados.

Francisco Lopes, do Sindicato da Indústria Farmacêutica, falou-nos, em seguida, da actual situação da juventude trabalhadora na sociedade portuguesa, tema que será também objecto de análise durante o Encontro. São inúmeros os problemas com que se debate a juventude. O desemprego, por exemplo, abrange milhares e milhares de jovens trabalhadores, afirmaria Francisco Lopes.

Ainda sobre esta questão, acrescentou: Quando o Governo liberaliza a aplicação da lei dos despedimentos, não fez mais do que agravar essa situação. Quando estipula o ordenado mínimo em 1700\$00 para os jovens trabalhadores rurais com menos de 20 anos e o ordenado mínimo de 2250\$00 para os jovens de outros sectores, desrespeita uma das grandes aspirações da juventude trabalhadora que, de resto, está consagrada como princípio constitucional: «a trabalho igual, salário igual».

JUSTAS REIVINDICAÇÕES

Outro dos problemas com que a juventude se debate presentemente é a formação profissional. Muitos jovens trabalhadores — diria Francisco Lopes — não passam da mesma categoria por falta de formação adequada. Reivindicamos, por isso, a criação urgente de cursos de formação profissional dentro das próprias empresas. Por seu turno e ainda sobre este tema, João Silva declarou: O ensino particular nocturno criado pela insuficiência de

estabelecimentos de ensino oficial capazes de responder às necessidades e exigências dos trabalhadores-estudantes, tornou-se rapidamente um chorudo negócio onde apenas o lucro conta para os proprietários, sendo lançadas para segundo plano condições fundamentais como: nível de ensino, lotação de turmas, etc.

Mais adiante, sublinhou: Algumas reivindicações já foram satisfeitas, nomeadamente a realização dos exames nos respectivos externatos, elaboração dos pontos de exame subordinados aos programas dados nos liceus da área e ainda a integração de professores dos externatos no respectivo júri. No entanto, no ano lectivo que terminou, a frágil organização das estruturas unitárias dos trabalhadores-estudantes não permitiram levar mais longe a luta pela abolição das graves insuficiências que se fazem sentir no ensino e particularmente neste sector. Podemos mesmo dizer que as últimas medidas do ministro Cardia anulam grande parte das conquistas alcançadas pelos trabalhadores-estudantes. A não participação dos jovens trabalhadores na gestão das escolas nocturnas, a reintegração de professores comprometidos com o regime fascista e de antigos funcionários que foram demitidos por pertencerem a organizações fascistas, PIDE/DGS e LP, são medidas que nos preocupam e que rejeitamos terminantemente.

Sobre este aspecto, um dos textos integrados no documento guia para a discussão e elaboração das Teses, salienta que os trabalhadores-estudantes continuam a não ter possibilidades de:

— Controlar os externatos tanto

notas não se efectua, prejudicando os trabalhadores-estudantes em relação ao ensino oficial.

Entim, um conjunto de problemas existentes há já muito tempo e para os quais urge criar condições para os resolver.

Explicaram em linhas gerais quais os objectivos das Comissões de Juventude nos sindicatos. Estas estruturas, criadas pelos jovens trabalhadores para melhor analisarem e resolverem os seus problemas concretos — afirmaram — têm como objectivo essencial o desenvolvimento das seguintes actividades: O estudo das questões específicas da juventude trabalhadora; a promoção da sindicalização dos jovens a partir da idade em que começam a trabalhar; a mobilização dos jovens, quer através de iniciativas culturais ou recreativas, a promoção da formação de jovens militantes sindicais, a incentivação à eleição de jovens para as estruturas do Movimento Sindical, a promoção da formação profissional dos jovens, a organização e aproveitamento dos tempos livres, a participação dos jovens na elaboração e discussão dos CCT, a introdução nos CCT das reivindicações específicas da Juventude Trabalhadora (formação profissional, horas para estudo, férias de exame, etc), integrando-as assim na luta geral dos trabalhadores, a promoção de iniciativas de âmbito sectorial, regional, distrital ou nacional com vista ao alargamento da participação dos jovens no Movimento Sindical, etc.

Mas não esqueceram — frizaram ainda — que para alcançar estes objectivos, impõe-se como tarefa urgente a promoção da sindicalização de todos os jovens a partir da idade em que começam a trabalhar. Só



Dois elementos do Secretariado Organizador falam dos objectivos do Encontro

a nível económico como a nível pedagógico;

— As mensalidades mantêm-se no campo do exagero e as notas quando são atribuídas não têm a participação de nenhuma estrutura representativa dos trabalhadores-estudantes;

A avaliação continua de conhecimentos e a oficialização de

através das estruturas sindicais os jovens poderão fazer ouvir a sua voz e introduzir nos Contratos Colectivos as suas reivindicações justas e específicas: horas para estudo, férias de exame, centros de formação profissional, instalações desportivas e centros de cultura, etc.

ENCONTRO DISTRITAL DA JUVENTUDE DO PORTO

Segundo foi revelado numa conferência de imprensa, realiza-se no próximo dia 19 de Dezembro o Encontro Distrital da Juventude do Porto, jornada que tem vindo a ser preparada com grande entusiasmo desde o passado dia 13, altura em que se efectuou, nas instalações da USP/Intersindical, um plenário onde estiveram presentes várias Comissões de Juventude dos sindicatos do distrito.

Este Encontro, que se integra num amplo movimento de unidade e organização da juventude e cujos objectivos assentam na resolução dos seus problemas e na participação no movimento sindical unitário, vai evidenciar

o espírito de combate e determinação das camadas juvenis e dele sairão as conclusões "necessárias para reforçar a organização e o desenvolvimento da luta" — conclusões essas que serão apresentadas no decorrer dos trabalhos do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade.

Todos os jovens interessados em participar nas actividades de preparação do Encontro Distrital — jornada que debaterá os grandes problemas que afectam a juventude — devem dirigir-se à Comissão Organizadora Provisória, que funciona na União dos Sindicatos do Porto, Rua de S. Catarina, 922.

EXPOSIÇÃO-VENDA NO PORTO DE LIVROS SOVIÉTICOS

“O Livro pelo Socialismo” é o tema central de uma exposição-venda que a Livraria “Avante” promove, de hoje até à próxima terça-feira, na Faculdade de Economia do Porto, em colaboração com a CDL — Central Distribuidora Livreira, a Mejdunarodnaya Knypa e a organização da UEC daquela escola do ensino superior.

Durante quatro dias, na sala 70 da Faculdade poderão ser adquiridos numerosos livros versando temas de carácter económico, político, social e técnico. Por outro lado, também expostos e para venda se encontrarão à disposição dos interessados outros exemplares de obras literárias e de ficção soviéticas.

Integrado nesta iniciativa efectua-se na próxima terça-feira, dia 30, pelas 17 horas, um colóquio sobre o papel do livro na cultura, que será orientado por Oscar Lopes, membro do Comité Central do PCP e director da Faculdade de Letras do Porto.



CONCENTRAÇÕES POPULARES EM LISBOA E NO PORTO CONTRA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Duas grandes concentrações populares, em Lisboa e no Porto, no próximo sábado, vão marcar uma nova etapa da luta das massas trabalhadora contra o congelamento da contratação colectiva, os despedimentos, o pagamento do 13.º mês em Títulos do Tesouro, contra a recuperação capitalista e o avanço do patronato, pela defesa da Reforma Agrária.

Jornada de unidade e de luta promovida pelo movimento sindical, através das uniões sindicais, e pelas estruturas representativas dos trabalhadores, as duas grandes concentrações que terão lugar a partir das 15 horas do próximo sábado no Estádio 1.º de Maio e no Palácio de Cristal realizam-se na sequência do recente Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, durante o qual foi eleita uma comissão sindical nacional para as tarefas da legislação. Realizando grandes concentrações nas duas maiores cidades do país, os trabalhadores pretendem assim responder firmemente às tentativas das forças reaccionárias e dos inimigos das massas trabalhadoras, que pretendem o retrocesso social, político e económico do nosso país, desencadeando a recuperação capitalista, desrespeitando a Constituição, lutando pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Um dos objectivos inscritos na realização destas duas grandes jornadas é a luta contra o congelamento de facto da contratação colectiva, pelo constante e sistemático boicote do patronato às negociações. Esta situação afecta mais de um milhão e meio de trabalhadores.

Ao mesmo tempo que criticam o Governo pela sua passividade e incapacidade em travar o avanço do patronato e o seu completo desrespeito pela Constituição e as conquistas dos trabalhadores nela expressas, os promotores das concentrações repudiam ainda a nova legislação sobre despedimentos, aprovada em Conselho de Ministros que “permite a sua liberalização em moldes que constituem um perigo grave para as massas laboriosas”, situação essa de que o patronato já se está a aproveitar.

Também o pagamento do 13.º mês em Títulos do Tesouro é objecto de firme repúdio por parte das massas trabalhadoras, que consideram esta medida “uma autêntica afronta aos trabalhadores até porque, paralelamente, se anuncia e se prepara a indemnização dos grandes agrários e capitalistas”.

No decorrer da conferência de imprensa realizada na sede da Intersindical Nacional pelos promotores das concentrações foi ainda afirmado que, em muitos casos, essas indemnizações constituem um nítido desrespeito pela Constituição e apenas contribuirão para o agravamento da situação económica e financeira.

ACÇÕES DE MASSAS E CONTACTOS COM OS ÓRGÃOS DE PODER

Mas, de acordo com as recentes decisões do Encontro Nacional de trabalhadores, as suas estruturas representativas não se devem limitar apenas à dinamização de acções de massas, mas diligenciar no sentido de estabelecer contactos com os mais importantes órgãos do poder.

Neste sentido, a comissão eleita no Encontro foi já recebida pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e estão previstos para estes dias contactos com o Primeiro-Ministro, o Conselho da Revolução, Comissão Constitucional e ministro do Trabalho.

Ainda no campo dos contactos das estruturas representativas dos trabalhadores em luta contra a legislação antioperária, saliente-se a entrevista concedida pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, à comissão de luta contra o Decreto-Lei 530/76, eleita no plenário das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, recentemente realizado na Mague.

PEQUENOS COMERCIANTES DO PORTO CONTRA O 13.º MÊS EM TÍTULOS

A partir do momento em que foi anunciada pelo Primeiro-Ministro, a medida que prevê o pagamento de parte do 13.º mês em títulos levantou uma onda de protestos dos trabalhadores que são atingidos com mais uma disposição que, longe de resolver os graves problemas da nossa economia, os lesa profundamente bem como aos pequenos e médios empresários, cujo movimento aumenta na quadra natalícia.

Subscrito por 130 pequenos comerciantes do Porto foi, recentemente, enviado um documento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao Conselho da Revolução, onde consideram que a decisão de não pagar na totalidade e em dinheiro o 13.º mês “não só atinge os trabalhadores como vai reduzir fortemente o movimento de Natal e Ano Novo, com especial incidência sobre as pequenas empresas que, normalmente, têm naquela época a possibilidade de obterem a compensação para um ano de actividade que, frequentemente, mal cobre as despesas”.

E sabido que, em consequência das melhorias

salariais alcançadas pelos trabalhadores, após o 25 de Abril, se verificou um considerável aumento do poder de compra no mercado interno que se repercutiu positivamente na situação dos pequenos e médios comerciantes. Contudo, a política de congelamento dos salários e agravamento dos preços de bens de consumo essenciais praticada pelo VI Governo e objectivamente prosseguida pelo governo do PS não só está a diminuir consideravelmente o poder de compra e o nível de vida dos trabalhadores, como também prejudica seriamente os pequenos e médios comerciantes, cuja situação se tem ultimamente agravado mercê da ausência de medidas que combatem firmemente os grandes grossistas e alieiram a carga fiscal ao pequeno e médio comércio.

Um dos mais graves problemas da nossa economia é o elevado défice existente entre o consumo e a produção. Todavia, não é pagando parte de subsídios em papéis do Estado que tal situação se resolve. Como refere a exposição dos pequenos comerciantes do Porto, os trabalhadores aproveitam o subsídio de Natal para

adquirir artigos úteis que, “sendo essenciais, só nesta época e graças ao 13.º mês podem ser adquiridos”.

A finalisar a sua exposição dirigida aos órgãos do Poder, os 130 pequenos comerciantes do Porto — depois de salientarem que o anúncio daquela medida já produziu efeitos negativos — reclamam que não seja concretizado o pagamento parcial do 13.º mês em títulos.

de novo à venda



Comunistas e Católicos

Um passado de cooperação
Um futuro de amizade
e acção comum
— edição —

DESEMPREGO E JUVENTUDE

Uma das consequências da actual crise no mundo capitalista é o desemprego. Os países da Europa Ocidental, por exemplo, os tais da “Europa Conosco”, têm presentemente um índice muito elevado de desemprego — situação que, não esqueçamos, também ameaça os trabalhadores portugueses que se viram obrigados a emigrar para a RFA, França, Luxemburgo, Holanda, etc.

Desde o período que antecedeu a II Grande Guerra Mundial que o mundo não assistia a tão pronunciada crise económica. Segundo dados estatísticos, existiam no princípio do ano, na OCDE, mais de 16,8 milhões de desempregados. Um conjunto de factores determina, contudo, que sejam os jovens os mais atingidos por esta situação de desemprego, provocada pelo imperialismo, pelos monopólios, pelas estruturas da exploração capitalista.

Em relação ao total, poder-se-á afirmar que a percentagem de jovens desempregados no mundo oscila na casa dos 40 por cento, sendo por vezes ainda mais elevada.

No nosso país, a situação é idêntica: 40 por cento (aproximadamente) de desempregados são jovens de

idade inferior a 25 anos! Mas a situação da juventude em Portugal é ainda caracterizada por outros factores de gritante injustiça social: atropelando a lei, os patrões exploram a força de trabalho de menores de 14 anos; os jovens trabalhadores com menos de 20 anos não têm direito ao salário mínimo nacional, embora executem trabalho igual; continuam a existir discriminações salariais em relação às jovens trabalhadoras, executando elas trabalho igual aos demais trabalhadores; os jovens continuam a ser as principais vítimas dos despedimentos sem justa causa; a juventude trabalhadora ainda é impedida, em certos sectores e localidades, de se sindicalizar logo que começa a trabalhar; em muitas regiões do país, os jovens trabalhadores não têm direito ao 13.º mês, às férias e ao correspondente subsídio, igual ao ordenado auferido; na sua grande maioria, os jovens que trabalham não têm direito a tempo pago pela empresa para estudar; não são criados centros de formação profissional que deem aos jovens uma qualificação; não existem, nas empresas, centros culturais e instalações desportivas que lhes possibilitem o acesso à cultura e ao desporto.

Para quando a resolução de todos estes problemas?

A Juventude tem problemas específicos pelos quais tem que lutar, e só o poderá fazer através da participação activa e da discussão organizada. O reforço dos departamentos e das comissões de juventude e a sua criação onde ainda não existam devem ser tarefas imediatas — salienta um dos documentos-guia para a discussão e elaboração das Teses do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora, que decorrerá no próximo domingo, no Instituto Superior Técnico, onde estarão presentes, além dos delegados das regiões de Lisboa e Setúbal, elementos do Secretariado da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses — dos secretariados das Uniãos Distritais e Locais e respectivos departamentos de juventude, dos sindicatos de

A PARTICIPAÇÃO ACTIVA E A DISCUSSÃO ORGANIZADA

É preciso avançar. É preciso que a Juventude se organize. É preciso que a Juventude

TRABALHADORES - ESTUDANTES: PROPOSTAS OBJECTIVAS PARA A RESOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS

Tendo como objectivo fundamental a discussão dos princípios orientadores do documento que será apresentado no Congresso dos Sindicatos e no Congresso da União Nacional dos Estudantes Portugueses (UNEP), reuniram-se na passada semana, no Instituto Superior Técnico, centenas de trabalhadores-estudantes do ensino secundário e superior, que analisaram a actual situação neste sector da vida nacional e apontaram as dificuldades com que se debate a juventude que trabalha e estuda, tendo sido apresentadas diversas propostas para a resolução dos seus problemas.

Assim, os trabalhadores-estudantes salientaram que, tal como prevê a Constituição,

tornam-se urgentes as seguintes medidas: eliminação do analfabetismo; a verdadeira democratização do ensino, estimulando a formação de quadros técnicos e científicos “originários das classes trabalhadoras”, a gratuidade em todos os graus de ensino; «a compensação daqueles que, na devida altura, não puderam estudar».

As conclusões apresentadas no final da reunião propõem também a criação de um organismo oficial “destinado a atender e a resolver os problemas do ensino referentes aos trabalhadores”, a promulgação do estatuto do trabalhador-estudante e a sua organização em comissões, por todas as fábricas, empresas ou repartições.

As propostas apresentadas reflectem a determinação dos trabalhadores-estudantes na luta pela resolução dos seus problemas. As soluções apontadas pela juventude trabalhadora e estudantil estão na sua esmagadora maioria consignadas na Constituição e mesmo no Programa do Governo. Há que as levar à prática, e depressa! A verdadeira democratização da sociedade portuguesa — iniciada após o 25 de Abril de 1974 — passa obrigatoriamente pela resolução oficial dos problemas que se deparam aos 140 mil estudantes-trabalhadores que em Portugal conhecem a difícil vida de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

UM EDITORIAL PROVOCATÓRIO E UMA VISÃO REACCIÓNÁRIA

As conclusões do VIII Congresso do PCP tem merecido por parte da imprensa diversos comentários e análises que se torna ocioso citar. Elas correspondem na generalidade aos pontos de vista que cada jornal defende e a eles cabe colher os frutos das laboriosas conclusões que extraiam.

Entre as redacções obtusas surgidas convém contudo sublinhar o editorial subscrito pelo sr. M.M. no "Diário de Notícias" de 17 deste mês.

O sr. M.M. intitulou o seu discurso de *"A ressurreição do MFA e ao longo de uma compacta coluna pretende demonstrar que o PCP não consegue entender a solução democrática portuguesa sem a participação das Forças Armadas o que para ele, M.M., é um crime de lesa-democracia."*

A proposta avançada pelo PCP de um governo com a participação de militares como alternativa para o inoperante governo minoritário do PS, M.M. chama "a tentação militar do PCP" que é, anuncia tonitruante, "a reprodução noutros moldes da vocação militar da direita autocrática".

O sr. M.M. lamenta-se depois do facto do Congresso do PCP não ter enveredado pelo "eurocomunismo", mas sim ter arranjado uma "muleta" (sic) que é "o heróico" honrado e equívoco fantasma do MFA (sic).

Conforme se sabe, o sr. M.M. tem por uso e proveito defender nas colunas do "Diário de Notícias" os pontos de vista do Partido Socialista. Esta oportunidade que tem, deriva, como é evidente, de alterações ocorridas em Portugal após o 25 de Abril, isto é, após o derrubamento

do fascismo pelo MFA. Se assim não tivesse sido, admitamos generosamente e como mera hipótese que o sr. João Coito não convidaria o sr. M.M. para editorializar nas colunas do "Diário de Notícias".

Este facto é inteiramente irrelevante para o sr. M.M. que do alto de uma confrangedora mediocridade, de uma auto-suficiência tola e pedante reduz o MFA a "um heróico, honrado e equívoco fantasma".

Os comunistas não precisam de pedir lições a nenhum M. sobre a luta pelas liberdades e pela democracia — antes e depois do 25 de Abril. Não têm, por outro lado (nemele aliás necessita) qualquer procuração do MFA para responder às provocações que contra ele por aí pululam. Mas, exactamente por terem uma elevada consciência do que foi e é a luta pelas liberdades, reconhecem ao MFA, como se afirma na Resolução Política do Congresso, o *mérito histórico de ter derrubado o governo fascista e instaurado a liberdade em Portugal*. E, seja qual for a análise que se faça da realidade histórica portuguesa, seja qual for a opinião que se tenha da evolução do processo revolucionário em Portugal, é insuportavelmente idiota que um qualquer plúmivo se alancee das colunas de um jornal pago pelo povo e produza comentários de ordinária auto-suficiência acerca exactamente da luta e dos homens que criaram condições para que ele possa tão impunemente e infantilmente insultá-los.

Contudo, é importante verificar que o insulto presumido se radica numa concepção política que convém reter. Não é, na verdade,

a participação ou não das Forças Armadas no processo político que incomoda o sr. M.M. e os que com ele estão. Seria uma manifestação de infantilismo político negar que as Forças Armadas têm sempre um papel a desempenhar na vida política: tinham-no antes do 25 de Abril quando gerais nomeados pelo fascismo punham as Forças Armadas portuguesas ao serviço do regime dos monopólios e latifúndios, tiveram-no no dia 25 de Abril quando o MFA arrancou com soldados e marinheiros para o derrubamento da ditadura, têm-na tido ao longo de dois anos e meio de processo revolucionário defendendo as conquistas da Revolução.

Sucede mesmo que estas Forças Armadas, as Forças Armadas portuguesas, não enjeitam as responsabilidades que assumiram perante o Povo de que são parte e claramente, pela voz dos seus responsáveis, assumem a posição de defesa intransigente da Constituição, das conquistas da Revolução, da independência nacional.

A proposta levantada pelo PCP não é uma "muleta", mas a compreensão clara da situação real e das possibilidades de saída para uma situação a que um governo PS minoritário, enredado e em compromissos com a direita e seguindo uma política em que diariamente atropela a Constituição, conduz o País.

O Governo PS atropela na letra a Constituição quando legisla sobre questões operárias sem ouvir as organizações de trabalhadores como a Constituição prevê;

o Governo PS atropela a Constituição quando pretende impor empréstimos forçados sem ouvir a Assembleia da República conforme a Constituição determina; o Governo PS atropela a Constituição quando faz da aplicação do direito de reserva uma forma de ataque à Reforma Agrária contra o que claramente prevê a Constituição. Mas, muito especialmente, o Governo PS viola a Constituição ao fazer-se agente de uma política de recuperação capitalista, de destruição das conquistas populares e da entrega de empresas e terras a capitalistas e agrários, viola a Constituição ao enfeudar o País aos interesses do imperialismo e ao pôr em causa os preceitos constitucionais de independência nacional, ao pôr em causa uma Constituição democrática que claramente aponta o rumo ao Socialismo.

A participação de militares no Governo não é uma intromissão antidemocrática das Forças Armadas, na vida política, é bem pelo contrário uma expressão tornada necessária pelo impasse criado pelo Governo minoritário do PS, um esforço de congregação de todas as forças que se batem pela construção de uma Portugal democrático rumo ao Socialismo.

Ao contrário do sr. M.M. os comunistas não temem que a participação de militares na vida política seja um factor antidemocrático: os comunistas falam dos militares que fizeram o 25 de Abril, falam dos militares que têm por actos e palavras demonstrado a sua fidelidade à Constituição e à vontade do Povo, que todos os dias o Governo que o sr. M.M. apoia desrespeita e ignora.



Com a participação do MDM, centenas de mulheres de todos os continentes reúnem-se em Lisboa no âmbito dos trabalhos da Federação Democrática Internacional das Mulheres

MULHERES DE TODO O MUNDO REUNIDAS EM PORTUGAL

A presença solidária das mulheres amantes da paz e do progresso é um estímulo para a luta das mulheres portuguesas e para as forças progressistas do nosso país

Reúne-se em Lisboa, pela primeira vez, o Executivo da Federação Democrática Internacional das Mulheres. Um vasto programa iniciado em 23 do corrente prolongar-se-á até 29 deste mês. Para além do tempo dedicado às reuniões da Comissão Executiva decorrerão visitas e sessões de confraternização, está previsto um grande comício no Pavilhão dos Desportos, com a presença de todas as delegações e sob o lema "Pela Paz, Pela Democracia, Mulheres de Todo o Mundo Unidas". O comício terá lugar na próxima sexta-feira às 21 e 30.

Luísa Amorim do MDM, havia de referir durante a conferência de imprensa levada a efeito no dia 22 passado, que centenas de mulheres de diferentes países se encontram presentes no nosso país e que aqui se realiza este importante encontro porque o fascismo foi derrubado em 25 de Abril. A presença solidária das mulheres amantes da paz e do progresso é um estímulo à luta das mulheres portuguesas e às forças progressistas do nosso país, salientou Luísa Amorim, que anunciou também o bom acolhimento dispensado pelas autoridades, nomeadamente alguns ministros, e o presidente da Câmara de Lisboa.

O primeiro-ministro receberá também uma delegação da FDIM e a Secretária do Estado do Turismo colaborou na preparação de um programa para as convidadas estrangeiras no sentido de as fazer conhecer melhor alguns aspectos de Portugal.

Freda Brown, presidente da FDIM, que é jornalista, fez notar a importância que teve o 25 de Abril e a descolonização para o conhecimento mais profundo do nosso país e das suas realidades, pois que antes o facto mais saliente era o de ser um país oprimido por uma ditadura velha de cerca de meio século.

Anunciou que o Executivo iria reunir no dia seguinte e que nesse mesmo dia seriam recebidas pelo Presidente da República. Referindo a composição do Executivo e o facto da FDIM integrar mulheres de países tão diferentes, desde os do campo socialista, aos países em vias de desenvolvimento e a países capitalistas desenvolvidos, chamou a atenção para os graves problemas sobre os quais as mulheres se debatem, certas do contribuírem para a sua resolução: 460 milhões de mulheres são ainda analfabetas em todo o Mundo, sofrem a guerra, o desemprego, a fome.

A Ordem de Trabalhos da reunião do Executivo analisará os resultados do 1.º ano da Década da Mulher, patrocinada pela ONU e que decorre sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Prevê-se que a Assembleia Geral da ONU declare o próximo ano de 1979 "Ano Internacional da Infância". Outros aspectos serão discutidos durante a reunião que será repartida por vários dias. Assim, a acção da Federação para o combate ao analfabetismo; a intensificação das acções de solidariedade com as mulheres e os povos submetidos a ditaduras fascistas como no Chile e noutros Estados da América Latina, a

solidariedade com a União das Mulheres da Palestina, com os movimentos de libertação da África do Sul, Namíbia e Zimbábue e com os povos dos países libertados, Angola, Guiné, Moçambique, a ajuda na reconstrução do Vietname serão alguns dos pontos sobre os quais o Executivo concentrará as suas atenções, preparando o trabalho para os anos de 1977 e 1978, no sentido de fortalecer o movimento feminino e democrático em todo o Mundo.

As delegações da África do Sul, do Vietname e do Chile falarão entretanto de alguns aspectos relacionados com a luta e a vida

Sul, lembrou os recentes acontecimentos que ensanguentaram aquele território sob o domínio dos racistas. Regime onde não há direitos para o povo africano, é abalado hoje pelas lutas em que os jovens, os estudantes, têm desempenhado um papel notável na luta pela libertação. A repressão, entretanto, tem sido particularmente feroz e não foi sem emoção que a delegada lembrou as crianças e os jovens dos 5 aos 17 anos, que foram feridos e mortos nas ruas pela polícia. De Junho para cá não houve mais escola para as crianças africanas. Na mobilização do povo em luta

imperialistas dos Estados Unidos, saldada pela vitória total que libertou o sul do país. Em Abril deste ano as eleições gerais e a reunificação transformaram as duas repúblicas em que tinha sido artificialmente dividida uma pátria na República Socialista do Vietname. Já decorre mais de um ano que o Povo vietnamita se ocupa na reconstrução e alguns dados referidos podem fornecer uma imagem do que tem sido o esforço e o empenho de um povo para normalizar uma vida abalada por tantos anos de uma guerra cruel. Já hoje as colheitas de arroz bastam às necessidades da população quando, antes, no sul, a administração americana tinha de proceder a importações. Na indústria muitas são as fábricas completamente reconstruídas que recomeçam a laboração. No entanto as dificuldades são ainda enormes, muitas habitações foram completamente arrasadas, e estradas e fábricas. No sul do país há ainda 3 milhões de desempregados. Há orfãos, há mutilados. A solidariedade e a ajuda das mulheres e dos povos progressistas foi sublinhada, assim como o papel da FDIM e a necessidade de continuar a prestar ajuda na reconstrução.

No momento em que os Acordos de Paris não foram ainda cumpridos pelos Estados Unidos, foi salientado o facto de as mulheres e todos os progressistas dos EUA terem sempre lutado pelo fim da guerra, politicamente pressionando o governo, e os jovens daquele país que recusaram de muitas formas continuar o combate contra os patriotas do Vietname. A delegada do Chile falou-nos da alegria de estar presente num país livre do fascismo e traçou com brevidade o negro quadro da opressão e da ditadura de Pinochet e a crise económica que os actuais governantes provocaram e que afectou mais de noventa por cento da população. O desemprego, e a fome alastram a tal ponto que se pode falar de genocídio. Aperfeiçoando os métodos de repressão, passando do assassinato à tortura psicológica, a Junta não conseguiu no entanto destruir o espírito combativo dos patriotas, dos trabalhadores e das mulheres. Estas destacaram-se durante o período da Unidade Popular, tanto assim que muitas foram as que sofreram também as perseguições. Muitas são as que lutam hoje na clandestinidade. Na dura luta contra o fascismo a FDIM tem um destacado papel e foi a primeira organização internacional a tomar a defesa das mulheres e das crianças chilenas.

Depois de a delegada francesa nos ter falado sobre a mobilização das mulheres do seu país nas lutas contra o desemprego e na solidariedade internacional, a delegada da RDA viria a encerrar a conferência. Ficou patente a diferença da situação das mulheres nos países socialistas, onde a igualdade de direitos não são meras palavras escritas, onde o papel das mulheres na vida social, económica, política e cultural tem cada vez mais importância e onde a solidariedade para com todas aquelas que sofrem ainda as discriminações e as injustiças é uma solidariedade efectiva e mobilizadora.

O QUE É A FDIM

A Federação Democrática Internacional de Mulheres nasceu do Primeiro Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Paris em 26 de Novembro de 1945.

Este Congresso foi convocado pelas mulheres que combateram na frente e na retaguarda da Segunda Guerra Mundial, pelas sobreviventes dos campos de concentração, pelas lutadoras patrióticas contra o invasor nazi, pelas que criaram os seus próprios ocupados organizações feministas democráticas, pelas que, em todos os países, constituíram uma ampla frente de unidade contra o fascismo e a guerra.

O Congresso reuniu delegadas de 41 países, representando 81 milhões de mulheres. Estiveram presentes a esse importante acontecimento representantes de todos os continentes, representantes daquelas mulheres que através do movimento mundial de solidariedade deram a sua valiosa contribuição para a paz.

A 1 de Dezembro do mesmo ano fundou-se a partir do Congresso a Federação Democrática Internacional de Mulheres e nesse dia foi prestado por todas as mulheres presentes no Congresso um juramento no qual foram sintetizados os princípios básicos que futuramente orientariam a sua actividade: *Defender os direitos económicos, políticos, jurídicos e sociais das mulheres; lutar para que se criem as condições indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado e feliz dos nossos filhos e das gerações futuras; lutar intransigentemente para que seja, sempre, e em todas as formas, aniquilado o fascismo e para que se estabeleça em todo o mundo uma verdadeira democracia; lutar sem tréguas para assegurar em todo o mundo uma paz duradoura.*

Estes princípios vêm expressos na base do programa da FDIM, apelando às mulheres de todas as condições sociais, opiniões filosóficas e religiosas das mais diversas tendências a unir-se em redor dos quatro pontos fundamentais:

- Pela conquista, aplicação e defesa dos direitos da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã;
- Pela defesa dos direitos de todas as crianças ao bem-estar e à instrução;
- Pela paz e o desenvolvimento universal;
- Pela conquista e salvaguarda da independência nacional e das liberdades democráticas, pela eliminação do "apartheid", a discriminação social e o fascismo.

As mulheres portuguesas, desde o tempo do fascismo, têm sentido as múltiplas manifestações de solidariedade prestadas pela FDIM, que foi o porta-voz das suas lutas na defesa dos seus direitos, na defesa das liberdades democráticas, contra as guerras coloniais, contra as perseguições e as prisões. Muitas mulheres portuguesas antifascistas, arrostando inúmeros perigos, fizeram-se ouvir no decurso dos seus congressos, e os apelos de solidariedade encontraram nessas numerosas assembleias a mais fraterna adesão e simpatia.

Na FDIM encontra-se filiada a única organização nacional de mulheres progressistas, o Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas.

nos seus países e do papel que as mulheres representam no desenvolvimento e no progresso.

AS MULHERES LUTAM EM TODO O MUNDO

Com breves e comoventes palavras, a delegada da África do

pelos seus direitos, as mulheres da África do Sul têm dado um importante contributo e por isso muitas são as que têm sido presas e têm caído, protegendo as crianças.

Do Vietname heróico foram as palavras com que a delegada daquele país socialista nos recordou a longa luta contra os

GDUPs UDPs MUPs ETC.

Dominada por um grupo anticomunista e servidor da direita (a UDP) decorreu, no último fim-de-semana, na Amadora, uma reunião pública assinalada por vários incidentes, à qual os seus organizadores chamaram "Congresso dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP)". Na mesa da presidência, além de elementos da UDP, sentavam-se outros do MES e da Base/FUT. Este último grupo dedica-se, sem êxito visível, a lançar alguns fermentos de "basismo" divisionista junto de direcções

sindicaes fortemente contestadas pelos trabalhadores sindicalizados. Todos esses grupos, onde domina um esquerdismo irresponsável, exacerbado pela candidatura do ex-general Otelo de Carvalho à Presidência da República, pretendem ter criado na Amadora o "Movimento de Unidade Popular (MUP)". O MSU — um dos aderentes dos GDUP que, como o PRP, contestou o "Congresso" — afirmou, entretanto, que, "com vista a um objectivo correcto de construção da unidade popular em Portugal, o processo dos GDUP se encontra esgotado".

Escolhidos numa lista única, o que suscitaria reparos, foram eleitos os 50 membros da "Comissão Nacional de Unidade Popular". Encabeçava a lista Luís Moita, dirigente do MES, que um elemento afecto ao PRP acusou em termos confirmados no essencial pelo visado, e relativos ao seu passado político. A assembleia não considerou a acusação suficiente para afastar do cargo o dirigente do MES que acabava de ser eleito. Luís Moita figura também à frente da lista da "Unidade Popular" concorrente à Assembleia Municipal de Lisboa.

Embora fosse apresentado como alheio aos interesses de qualquer "grupo" ou "partido", o "Congresso" da Amadora só existiu como confirmação clara das contradições que se exacerbam entre esses grupos, incapazes de sair do aventureirismo e de fazerem uma análise correcta do que se passa em Portugal.

Prosseguindo com as tentativas de divisão e desagregação do movimento popular, a UDP, que realizou e dominou esse "Congresso", tem-se caracterizado por acções de provocação e divisão que forneceram pretextos ideais para exigências de acções repressivas da direita e que provocaram a deslocação para a direita de importantes sectores que, no essencial, estavam com a Revolução. A UDP — como recordamos aqui no *Avante!* há poucos meses — não esteve nas lutas pela liquidação das bases sociais do fascismo, nas lutas para liquidar os latifúndios e para impor a nacionalização e o controlo operário das grandes empresas.

Ao apresentar-se novamente como "campeã" da "unidade popular", a UDP, pretende fazer esquecer que é o MRPP "reorganizado".

Alheia às verdadeiras lutas populares, a UDP descobriu tarde o movimento popular de massas e as suas estruturas. No manifesto da sua Comissão Promotora, por exemplo, não há qualquer referência às comissões de trabalhadores. A unidade popular não precisa, para existir, do concurso da UDP. Grupo anticomunista, para ele o movimento de massas, de que tanto falou e fala para efeitos de demagogia eleitoralista, seria uma força cercada e isolada, sem direcção política e sem organização.

Mas o movimento operário e popular está organizado. Tem direcção política. Não está cercado, nem isolado. O MUP, criado na Amadora, por obra da UDP, é mais uma capa transparente para encobrir os intentos divisionistas, desagregadores e provocatórios de todos aqueles que, procurando apresentar-se como "frente de massas", tentam apenas esconder mais facilmente os seus objectivos divisionistas, para actuarem contra a unidade dos trabalhadores e contra o PCP, visando o seu enfraquecimento, objectivo condenado ao fracasso e ao repúdio do movimento operário, democrático e popular.

MORTE DE UM CAMARADA

Com 60 anos de idade, faleceu na Maia de S. Domingos, no distrito de Beja, o nosso camarada António Madeira, membro da organização do nosso Partido naquela localidade.

A toda a família, e muito particularmente à viúva e aos três filhos, apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

UMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO



O ÁLBUM QUE TODOS OS MILITANTES E AMIGOS DO PARTIDO DEVEM TER!

ANTI-CP GUERRA DE ANGOLA E OS COMUNICADOS DOS ALTOS COMANDOS FASCISTAS

1966-1968 o PCP resolve os problemas de organização e defesa, reforça as suas organizações de base, estreita as suas ligações com as massas e dirige a luta popular.

Intensifica-se a luta reivindicativa dos trabalhadores (carris, ferroviários, bancários, pescadores), assim como a luta dos estudantes. No primeiro semestre de 1968, anima-se a luta política e a resistência à guerra colonial.

edições *Avante!*

À venda nos Centros de Trabalho do PCP. Pedidos à CDL — Central Distribuidora Livreira

Recordou a ocasião que teve de conhecer o povo português com o qual conviveu intensamente quanto da eleição de Humberto Delgado em 1958, e a fundação do MPLA à qual esteve presente o saudoso camarada Amílcar Cabral.

Referiu-se ainda à ajuda prestada, ao povo angolano, pelos povos da URSS e da Cuba considerando-a "absolutamente correcta" «cada país pode pedir auxílio a quem quiser».

Terminou afirmando que "Nó em Angola, vamos avançar rumo ao socialismo e ao socialismo científico baseando-se no marxismo-leninismo".

«UMA PÁGINA HISTÓRICA»

O VIII Congresso apreciado pelo camarada Boris Ponomariov

“Uma página histórica para a vida do nosso país e da nossa Revolução, uma importante tribuna para troca de experiências entre partidos irmãos” — foi assim que o camarada Boris Ponomariov, chefe da delegação do PCUS presente no VIII Congresso do PCP, definiu para o “Avante!”, antes de abandonar Portugal, aquele acontecimento.

Depoimentos no mesmo sentido foram-nos também prestados por outros destacados dirigentes comunistas presentes em Lisboa.

A margem da sua participação no Congresso, a delegação soviética teve oportunidade de efectuar diversas visitas e contactos com trabalhadores, tendo em todo o lado sido recebida com o maior carinho e amizade.

Afirmou-nos o camarada Ponomariov:

A delegação do PCUS está particularmente satisfeita com a sua presença no Congresso. É muito sinceramente que felicitamos o Partido irmão de Portugal pelo sucesso deste magnífico Congresso. É nossa profunda convicção que o vosso Partido — Partido marxista-leninista verdadeiramente combativo — saberá levar

à prática as resoluções aqui tomadas.

A delegação do PCUS felicita ainda os camaradas portugueses pela eleição, por unanimidade, do Comité Central e da Comissão Política, encabeçada pelo extraordinário combatente pela causa do povo português e figura destacada do movimento comunista internacional, camarada Álvaro Cunhal.

A certeza na vitória da democracia e do progresso social, o empenho em dar todas as forças para que essa vitória seja possível, o estudo dos problemas do país e o apontar das soluções práticas são factos que caracterizam este Congresso.

Estamos certos que o VIII Congresso do PCP constituirá uma página muito importante na história do vosso país, na história da revolução portuguesa.

Pela nossa própria experiência podemos afirmar que o caminho não é fácil. Não serão poucas as dificuldades por que os nossos camaradas portugueses terão que passar. Por isso mesmo é nosso dever comum ajudar a causa porque o Partido

Comunista Português se bate — a causa da vitória da Revolução de Outubro.

A presença de numerosas delegações estrangeiras no vosso Congresso dá-nos a possibilidade de debate conjunto de problemas comuns. Os Congressos dos Partidos irmãos constituem na actualidade uma tribuna para a troca de experiências entre partidos irmãos, sobre problemas pendentes da luta pela defesa dos interesses da classe operária, da democracia, da paz, do socialismo.

Quando as forças imperialistas, superando por vezes profundas divergências, se batem contra os avanços na luta pela paz, o progresso social, torna-se particularmente importante a compreensão mútua entre as forças revolucionárias e o mútuo apoio na batalha comum.

A delegação soviética deseja ao Partido irmão de Portugal sucessos na realização das decisões do Congresso.

Que se fortaleça a amizade entre os nossos Partidos e os nossos povos.



A violência assassina — panorama quotidiano das ruas libanesas. Fascistas e reacção, armados pelo imperialismo, transformam o Líbano num palco de carnificinas. O terror serve de designio expansionistas de Israel e do imperialismo, no Médio Oriente

A PROVOCAÇÃO IMPERIALISTA NO LÍBANO ANALISADA PARA O «AVANTE!» POR COMUNISTAS DE ISRAEL E JORDÂNIA

No complexo processo de luta travado no Médio-Oriente pela unidade do povo árabe, pela libertação dos palestinos e contra o imperialismo, o “conflito libanês” ganhou, nos últimos tempos, grande actualidade. Aproveitando a presença entre nós, a propósito do VIII Congresso do PCP, de numerosos representantes de partidos irmãos e outras organizações progressistas árabes, aproveitamos a oportunidade para registar as suas opiniões, no intuito de fornecer aos nossos leitores uma informação actual e fundamentada. Hoje, publicamos, em forma de artigo, o essencial dos depoimentos recolhidos pela reportagem do “Avante!” numa mesa-redonda com os camaradas Zahi Karkabi e Naim Nahhad, representantes, respectivamente, do PC de Israel e do PC da Jordânia na Revista Internacional

O conflito libanês não é um conflito religioso, como a direita tenta apresentar, mas um conflito de classe. O conflito surge como resultado das intrigas políticas do imperialismo norte-americano e do governo sionista de Israel. O fim de tal intriga é a liquidação física da OLP e de todos os movimentos de libertação do povo árabe. Hoje, podem-se referir dez milhões de vítimas.

A entrada da Síria no conflito tornou-o mais complexo.

O governo israelita interfez abertamente, ajudando com armas, com assistência técnica e impondo o bloqueio a dois portos do Sul sob controlo das forças patrióticas. Na realidade, foi Israel que estruturou o Exército reacção com as forças de direita libanesa. Todo o armamento e equipamento (mesmo as fardas) do Exército da direita libanesa provém de Israel.

O governo israelita quer controlar o Sul do Líbano. As provocações militares da direita contaram muitas vezes com a ajuda directa do Exército israelita.

Os sionistas sonham ocupar o Sul do Líbano e esperam para isso a primeira oportunidade.

Graças à resistência heróica da OLP, e outras forças progressistas que se batem no Líbano, à solidariedade internacionalista da URSS e de todos os países socialistas, de todas as forças progressistas a nível mundial, podemos dizer que há um começo de paragem da intriga.

As decisões de Riad e da Conferência do Cairo, encerram dois pontos importantes: 1.º — parar a luta armada no Líbano; 2.º — sublinhar mais uma vez a OLP como a única representante do povo palestino.

Isto alegra-nos profundamente.

Os comunistas portugueses podem estar orgulhosos do seu enorme prestígio internacional, que teve uma expressão clara no facto de assistirem ao Congresso mais de 60 delegações de partidos comunistas e outros partidos revolucionários e democráticos. Este facto confirma o alto apreço dos partidos irmãos pela forma como o PCP cumpre as suas tarefas nacionais e internacionais, pela sua fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

Embora a crise libanesa tenha as suas próprias raízes económicas e políticas, a situação atingiu este ponto de gravidade com o arrastar da crise do Médio Oriente. Depois da guerra de 73, os Estados Unidos e Israel intensificaram a utilização das técnicas divisionistas entre árabes, tendo em conta que a unidade árabe foi factor determinante da vitória de 73. Assim, tentou-se abrir o máximo de brechas na unidade árabe. O Líbano, é o ponto mais alto dessa divisão. Mas de forma alguma o único. Podemos apontar também, por exemplo, as questões levantadas entre o Iraque e a Síria, o Egipto e a Líbia, Marrocos e a Argélia. Hoje, a tarefa principal de todas as forças progressistas árabes é libertar os povos árabes. Em torno desse

objectivo a unidade é imperiosa e será possível.

O imperialismo tentou igualmente fazer com que os árabes lutem entre si, tática que falhou no Vietnã. Manobrou para socavar a amizade soviético-árabe, uma das fontes principais das vitórias árabes (como o foi em 73). Pretendeu ainda dar a impressão de que a chave da solução do problema árabe está nas mãos dos norte-americanos. Uma das vitórias alcançadas com estes esforços foi o acordo do Sinai entre Israel e o Egipto. Assim, os conflitos no Líbano foram incrementados artificialmente.

É difícil compreender como a Síria — internacionalmente considerada como um país anti-imperialista, tenha tido este papel no Líbano — onde

revelam hesitações ao nível de poder, mas que anteriormente têm alinhado com as forças progressistas, e fazê-la surgir como a “verdadeira unidade árabe”, contraposta à unidade entre forças progressistas árabes.

A independência do Líbano nunca foi tão frágil como após a intervenção. Falharam entretanto os intervencionistas em impor o seu domínio sobre a sociedade libanesa. Mas as forças da OLP ficaram muito mais enraquecidas. Quanto à Síria, que em 67, quando da agressão sionista, contava com uma ampla solidariedade internacional, viu naturalmente modificada esta posição quanto aos problemas que enfrenta.

Eis porque as conversações de Riad foram uma ajuda, se



Orgulhosos das suas façanhas de “caçador de homens”, este mercenário a soldo do imperialismo e do crime gabava-se de ter abatido 197 pessoas. Disparando de uma janela, um dos seus métodos preferidos era ferir uma primeira vítima e esperar que alguém se aproximasse para a socorrer. Disparando de novo, assim ia aumentando a sua reputação de assassino

se radicava a resistência palestina.

Isto aconteceu por duas razões:

1) Causas externas — Depois do conflito entre Israel e o Egipto, a Síria foi submetida a grande pressão dos EUA, de Israel e da Arábia Saudita.

2) Causas internas — Esta pressão encontrou eco em elementos da direita, alguns deles ocupando cadeiras no Poder. Estes círculos representam interesses da camada mais abastada da sociedade síria, que tem vindo a aumentar desde 67 (data da agressão israelita). Como o Estado não mantém o seu papel dirigente e de controlo na economia nacional, fica aberto à burguesia grande espaço de manobra e de expansão, como classe. Acresce que estas forças de direita na Síria estão empenhadas na unidade com certos círculos do mundo árabe. Tudo isto se tornou particularmente claro no Líbano.

O imperialismo americano, a reacção, encorajaram estas aspirações de unidade enganadora com forças de direita, para que a Síria se envolvesse completamente na luta contra as forças progressistas árabes. Os passos dados foram-no em aliança com o rei Hussein, por exemplo. Trata-se de estruturar uma pseudo-unidade árabe entre forças de direita, e arrastando para o seu círculo países em que se

considerarmos o factor determinante que levou à realização desta conferência — a pressão crescente das forças anti-imperialistas, e em particular da URSS, profundamente preocupadas com o progressivo enfraquecimento das forças progressistas árabes. As conversações foram entretanto de certo modo dirigidas pela Arábia Saudita — o que não pode deixar de ser motivo de algumas reservas. Mas podemos sublinhar que foi alcançado o cessar-fogo.

Perspectivas — nem o imperialismo, nem a reacção, nem o sionismo, nem os Estados Unidos, vão desistir. É necessário mais do que nunca vigilância das forças anti-imperialistas do mundo árabe e uma activa pressão para fazer respeitar os acordos. Os Estados anti-imperialistas árabes deveriam adoptar uma linha política realista, o que não permitiria às forças da reacção (nomeadamente a Arábia Saudita) tomar a iniciativa.

Ainda no capítulo das perspectivas há que analisar alguns dados concretos. Ainda não há dois meses, Kissinger disse haver condições para renovar esforços para a solução do problema árabe. Simultaneamente, Ford disse enviar armamento mais sofisticado para Israel.

Os Estados Unidos pensavam que depois do enfraquecimento da OLP, depois da traição do Egipto,

PC DA JORDÂNIA:

Não nos consideramos elementos externos à OLP porque o nosso Partido representa os interesses de todos os trabalhadores. O PC do Líbano tem um ramo seu que actua no território Ocidental — Organização Comunista Palestiniana. Através desta estrutura, estamos unidos em estreita aliança com as outras forças patrióticas, libanesas, que têm um papel activo nos territórios ocupados, na Frente de Organização Palestiniana, fundada em Agosto de 73 por iniciativa do PC. A Frente, que dirige actualmente as iniciativas de massas nos territórios ocupados, revela também a nossa influência crescente, que se manifestou nomeadamente nas eleições para as autarquias locais, em Abril.

Através da Frente que actua em território ocupado, o nosso Partido também pôde contribuir, pela sua participação na assembleia palestiniana, para a adopção de um ponto de vista realista, nomeadamente a criação de um Estado palestiniano independente nos territórios ocupados. A OLP e o seu dirigente Arafat admitem com apreço a nossa contribuição.

PC DE ISRAEL:

Desde 1948, nunca negligenciámos a luta pelos direitos dos palestinos. Depois da guerra de 67 e da ocupação da parte oriental do Jordão e da faixa de Gaza, lutamos contra a ocupação israelita, apoiámos a luta dos povos árabes contra a ocupação e organizamos acções de solidariedade a favor da luta dos povos palestinos. São advogados israelitas, membros do PC, que defendem nos tribunais sionistas as vítimas do governo de Telaviv nos territórios ocupados.

Temos um papel activo, entre o povo israelita, para pôr termo ao isolamento da OLP no seu seio, pela acção do governo. Hoje, em certos círculos políticos, apoiam-se os direitos nacionais do povo palestiniano.

É conhecido que pela primeira vez representantes do nosso Partido estiveram no Congresso do PCUS e se reuniram com representantes da OLP. Isto foi publicado nos jornais israelitas e abriu caminho para outros encontros do mesmo tipo com outros círculos políticos israelitas. Recentemente, em Paris, personalidades israelitas do Partido do Governo encontraram-se com elementos da OLP.

depois de a Síria também se desviar da linha anti-imperialista — lhes fosse possível obter uma pseudo-solução da questão árabe que reforçaria a posição do imperialismo americano, e desse satisfação aos sionistas, ignorando os direitos do povo palestiniano.

Não é por acaso que o camarada Brejnev reforçou a posição de defesa dos direitos do povo palestiniano.

Os Estados Unidos têm as suas reservas, e agitam como um espantinho, o factor sionista — ameaçando os povos árabes com o poder militar de Israel, no caso de recusa de um ultimatum americano.

É possível dizer-se que o imperialismo ianque

e o sionismo, com o acordo silencioso da reacção árabe, continuarão a tentar evitar uma paz justa no Médio Oriente. Vendo que o desenvolvimento da crise não vai de encontro aos seus desejos, a pressão e as provocações por parte de Israel tornar-se-ão mais fortes.

A URSS reafirmou ultimamente a necessidade da realização da Conferência de Genebra — iniciativa que inclui todas as garantias e não deixa quaisquer possibilidades a Israel e aos seus patrões.

Depois do cessar-fogo há algumas possibilidades de reunificar forças anti-imperialistas e contra a ocupação — forças fundamentais para obrigar à rendição de Israel e dos EUA.

VASIL BILAK DO PRESIDUM DO CC E SECRETÁRIO DO CC DO PARTIDO COMUNISTA DA CHECOSLOVÁQUIA:

Trazemos do VIII Congresso do Partido Comunista Português as melhores impressões. Verificámos que o PCP chegou ao seu Congresso coeso, forte, unido, caldeado nas grandes lutas de classe. Todo o decorrer do Congresso e os seus resultados confirmam que o PCP, que percorreu um difícil caminho na luta contra o fascismo, que soube corresponder às exigências de um período revolucionário extremamente complexo

depois do derrubamento do regime fascista e conseguiu resistir contra os ataques furiosos da reacção, entra agora numa etapa da luta pela defesa das conquistas da revolução, como uma força altamente organizada e poderosa, firmemente coesa na base do

marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, em redor do seu Comité Central.

Consideramos ao mesmo tempo, muito importante que, na sua frente esteja um Secretário-Geral do PCP com experiência e autoridade enormes, um patriota ardoroso, um internacionalista, como o camarada Álvaro Cunhal.

O VIII Congresso fez uma profunda análise da situação no país e aceitou inteiramente o programa proposto, programa em que se inserem os interesses dos trabalhadores, de todo o povo. O Partido não oculta nada perante os trabalhadores e goza, portanto, da sua plena confiança.

Do Congresso, assim como de outros encontros com os comunistas e não

comunistas portugueses, levamos à convicção de que o Partido tem a sua reserva firme e boa na geração nova, na juventude. O PCP é um Partido verdadeiramente revolucionário, combativo, com perspectivas, o Partido da verdade, da esperança e do futuro.

Todo o decorrer do Congresso confirmou mais uma vez a força criadora do internacionalismo proletário que soluciona problemas, ultrapassa os obstáculos e destrói as barreiras construídas pelo imperialismo.

De todo o coração desejamos aos comunistas portugueses pelo êxito no cumprimento das ambiciosas tarefas que traçou o VIII Congresso. Estamos certos de que as cumprirão.

G. FILIPOV, DO BUREAU POLITICO E DO SECRETÁRIO DO CC DO PARTIDO COMUNISTA BÚLGARO:

É com imensa alegria que participamos no vosso primeiro Congresso ordinário depois da revolução. Impressionou-nos muito a profunda análise marxista-leninista contida no relatório do camarada Álvaro Cunhal, a maturidade política mais uma vez demonstrada pelo vosso Partido na análise dos problemas e das tarefas actuais da vossa revolução, das perspectivas futuras e do processo de desenvolvimento da revolução, com vista à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

O entusiasmo, a plena unidade demonstrada, são garantia da capacidade do PCP para mobilizar as massas populares no cumprimento das tarefas fundamentais postas pelo

Congresso.

O VIII Congresso do PCP foi uma forte manifestação de coesão do Partido em volta da sua direcção, encabeçada pelo camarada Álvaro Cunhal, e minente marxista-leninista, destacado militante do movimento comunista internacional, portador do prémio internacional de Dimitroff.

Impressionou-nos particularmente o alto espírito internacionalista reinante no Congresso, a responsabilidade manifestada pelos comunistas portugueses na defesa dos interesses de classe, e dos interesses nacionais.

Uma prova mais da grande maturidade dos comunistas portugueses foram as manifestações de profunda amizade em relação à URSS e ao

PCUS, como força de vanguarda do movimento comunista e operário internacional, como factor decisivo no processo revolucionário, como bastião da paz e do socialismo no mundo.

Isto alegra-nos profundamente.

Os comunistas portugueses podem estar orgulhosos do seu enorme prestígio internacional, que teve uma expressão clara no facto de assistirem ao Congresso mais de 60 delegações de partidos comunistas e outros partidos revolucionários e democráticos. Este facto confirma o alto apreço dos partidos irmãos pela forma como o PCP cumpre as suas tarefas nacionais e internacionais, pela sua fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

NEMES DZESO, DA COMISSÃO POLITICA DO CC DO PARTIDO SOCIALISTA OPERÁRIO HÚNGARO

Sinto profunda satisfação por poder participar pessoalmente no vosso Congresso, porque se trata do Congresso de um Partido inequivocamente decidido a lutar pelos grandes objectivos e interesses das massas trabalhadoras e do povo português. Um Partido com uma estratégia clara, uma direcção que se fortaleceu nos duros combates contra o fascismo. Um Partido unido. O lema mencionado

por Álvaro Cunhal — Partido da verdade, da esperança, do futuro, é deveras expressivo.

Claro está que a luta é complexa. Há ameaças diversas. Mas o vosso Partido está consciente delas. E indica o caminho exacto.

Para mim o vosso Congresso teve várias características e aspectos importantes: independentemente do

curso do processo revolucionário, será sempre um Congresso histórico; e o seu significado histórico multiplicar-se-á se as suas resoluções puderem ser realizadas em cem por cento; o entusiasmo geral — dos antigos e dos novos combatentes — que reflecte bem a força do PCP. Um Congresso que marcará, que marca já, a vida do vosso povo. E que tem também grandes reflexos a nível internacional.

acaba de sair

16

L. HOSAK e outros

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTÓRIA

Na base da teoria e ideologia do materialismo histórico, esta obra é talvez o primeiro e importante passo para definir, delimitar o marcar os fundamentos teóricos da ciência histórica.

Concebido como livro auxiliar para o ensino médio e superior nas universidades checoslovacas, rapidamente obteve grande difusão e está indicado como livro obrigatório em muitos países europeus, devido às suas qualidades didácticas e à precisão do método proposto.

colecção 74

Edições SEARA NOVA

ESCRITOS DA PRISÃO

O Movimento Sindical As “Comisiones Obreras” analisadas pelo seu mais destacado dirigente

MARCELINO CAMACHO

EDIÇÃO SEARA NOVA — COLECCION ARGUMENTOS

70\$00

INTERNACIONAL

ANGOLA NA ONU
OU A FORÇA DECRESCENTE
DO IMPERIALISMO

O veto norte-americano, que pendia sobre a aceitação da República Popular de Angola na ONU, foi finalmente suspenso. Ao informar da decisão de se abster, o embaixador dos Estados Unidos declarou ao Conselho de Segurança que tal se devia ao "respeito" dos EUA para com "os sentimentos manifestados pelos nossos amigos africanos". Ajuntou as suas dúvidas sobre a "verdadeira independência" de Angola. Lançou os ataques e calúnias normais sobre Cuba, os países socialistas, o governo do MPLA.

Na realidade, a não utilização do veto dos Estados Unidos contra Angola, neste momento, representa uma derrota da política do imperialismo americano. Revela a força crescente das forças progressistas internacionais. Constitui uma importante vitória para o povo angolano e uma prova do seu crescente prestígio internacional.

Para os Estados Unidos, esta decisão deve ter sido particularmente dolorosa de tomar. É o reconhecimento do fracasso, o que não significa a desistência no ataque. Angola escapa-se à órbita da dominação do capital. No importante discurso recentemente proferido, pelas comemorações de um ano de independência, o camarada Agostinho Neto afirmou que o "socialismo africano" não passava de uma mistificação em que se apoia o imperialismo para reforçar o neocolonialismo e enriquecer a burguesia. Este "socialismo", prosseguiu Agostinho Neto, floresce nos países onde a burguesia vive do trabalho dos operários e dos camponeses. Em Angola a via para o socialismo será a abolição da exploração do homem pelo homem, a entrega dos meios de produção aos que a produzem e a justa distribuição dos rendimentos em função do seu trabalho e da sua capacidade. Um programa político que de forma alguma pode agradar a Washington.

Derrotadas na ONU as suas intenções de manter Angola isolada e de evitar o contributo positivo deste país para o debate das questões internacionais, o imperialismo sofreu também recuos e reverses noutros campos.

No Líbano o cessar-fogo é uma realidade e começa a construir-se um clima de paz, depois de uma guerra que fez 60 000 mortos e 200 000 feridos. Uma paz ainda frágil e instável, sob a ameaça de forças de direita acantonadas no Sul, sob a protecção de Israel, que reforça militarmente a sua fronteira e, mais uma vez em aberta ingerência nos problemas internos do Líbano, refere provocatoriamente o rio Litani como barreira ao avanço das forças da paz.

No Chile, a Junta de Pinochet viu-se obrigada a libertar presos políticos, numa manobra demagógica que não chega a atingir 7% do total dos mais de 4000 que enchem as prisões fascistas, não referindo o milhar de desaparecidos. Mas uma manobra que reflecte a luta do povo chileno e a força da solidariedade internacional. E que constitui um incentivo para o seu reforço.

No Brasil e em França, as eleições revelam o avanço das forças democráticas e da esquerda. Em França, nas eleições parciais para preencher sete lugares parlamentares, a esquerda arrancou à maioria dois lugares, considerados pela coligação governamental como muito seguros. Nestas eleições acentuaram-se também as divergências com os gaullistas, o que naturalmente enfraquece as forças da burguesia. Face aos avanços da esquerda, são visíveis os esforços divisionistas, no sentido de separar socialistas e comunistas, na base de um mais acentuado avanço do PS.

A luta das massas trabalhadoras, é uma realidade permanente. O sindicato de trabalhadores da indústria automobilística dos Estados Unidos decretou uma greve selectiva em 16 fábricas da poderosa multinacional General Motors, dado o malogro das negociações para um novo contrato colectivo de trabalho. Cerca de um milhão de funcionários públicos italianos fizeram uma greve de 24 horas em apoio da rápida conclusão de um novo contrato salarial.

MOÇAMBIQUE VENCERÁ

As derrotas e os recuos sofridos pelo imperialismo não impedem, e por vezes até temporariamente reforçam, as suas tentativas de salvaguardar privilégios e posições de força.

Sucedem-se os actos de agressão da Rodésia a Moçambique, que estão a assumir a perigosa característica de rotina. Como destacou a SIP do PCP num comunicado recente, "a frequência dos actos de provocação e agressão contra a República Popular de Moçambique — com os quais o regime de Salisbury procura desviar as atenções do conflito que o opõe ao povo do Zimbábue, internacionalizar uma luta de libertação nacional e impedir a criação de um novo Estado independente na África Austral —, constitui igualmente uma tentativa para criar dificuldades à triunfante revolução moçambicana".

A Rodésia e a África do Sul são, neste momento, centro de atenção do imperialismo e campo de manobra da reacção. Exactamente porque aí se desenvolve, com mais força, a dinâmica da revolução latente. Técnicos dos EUA elaboram planos de urgência para investimentos na Namíbia e no Zimbábue. A Inglaterra tenta jogar no divisionismo entre movimentos nacionalistas da Rodésia. Na África do Sul, a repressão prossegue. Condona-se a 6 anos de prisão um jornalista, pelo "crime" de apoiar os objectivos da ANC e do Partido Comunista da África do Sul.

O imperialismo perde campo de manobra em África. A recente formação da Comissão Interstatel de Defesa dos Países da Primeira Linha, Zâmbia, Tanzânia, Angola e Moçambique, são resposta firme das forças progressistas africanas à política agressiva de Smith.

Não só em África o imperialismo se mantém como força agressiva, ao contestando os legítimos direitos dos povos. No Panamá, arrasta-se o processo de ocupação do canal pelos Estados Unidos. Washington continua a impedir a entrada do Vietname na ONU. A Turquia rejeitou há pouco a resolução da assembleia-geral das Nações Unidas, pedindo-lhe que retire as tropas de ocupação que mantém em Chipre.

Na dinâmica da luta internacional de classes, o capital perde posições. Não só onde desde já estão abertas amplas perspectivas às forças progressistas. Mas também onde a força do presente pertence ainda à reacção. É exemplo disso o processo de libertação do continente africano, que estamos hoje a viver. Como o é, a libertação de presos políticos no Chile, reflectindo a necessidade de manobras demagógicas, mesmo da parte de um governo abertamente terrorista.

TRABALHADORES BRASILEIROS:
UM NÃO À POLÍTICA DE GEISEL

A derrota da política de Geisel nas eleições municipais do Brasil, atesta de um alargamento das forças democráticas e da consciência política das massas trabalhadoras e radica nas crescentes dificuldades da ditadura brasileira. Face ao previsível acentuar da repressão, há que reforçar a solidariedade internacional.

15 de Novembro representa uma vitória para as forças da oposição democrática no Brasil, para todo o povo brasileiro. Uma severa derrota e um aviso à ditadura fascista. Na realidade, uma farsa eleitoral, que Geisel e C. se esforçaram por apresentar como um referendo, levantando simultaneamente o maior número de obstáculos à oposição, saldou-se em números que se viram muito claramente contra a camarilha hoje no poder.

A diferença de votos entre a ARENA, partido governamental, e o Movimento Democrático Brasileiro, apesar de todos os obstáculos à campanha eleitoral e previsíveis falcatruas, não atinge um milhão. A ARENA somou 8955243 votos. O MDB, 8051071 votos. A diferença é, portanto, de 904172 votos.

Mas a análise dos votos revela-se muito mais significativa do que as avaliações globais. Assim, o MDB saiu largamente vitorioso no conjunto das capitais do país — 3407416, contra 2271152. É no interior, onde impera o caciquismo, com as consequências nefastas bem conhecidas, mesmo ainda no nosso país, que a ARENA ganha votos ao MDB — uma diferença de cerca de dois milhões. Por outro lado o MDB, único partido da oposição legal, conseguiu a vitória em pelo menos dez capitais de Estado, nomeadamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte — as quatro cidades mais importantes do Brasil.

Os resultados práticos da vitória eleitoral das forças democráticas são inexpressivos, mas revelam bem os vícios da lei eleitoral. A diferença de votos entre o partido governamental e o partido de oposição legal democrática é de pouco mais de cinco por cento, mas o MDB não chega a ficar com 20% dos municípios dos países (ainda que se tenha registado um grande aumento, passando de 24 municípios para várias centenas — mais de 700). Truques velhos utilizados pelo capital em todas as partes do mundo — sob as ditaduras fascistas como em "democracia" burguesa.

As consequências políticas, e em particular o que estes resultados eleitorais revelam sobre o profundo descontentamento popular, são negáveis.

O general Geisel e C., anunciaram pretender transformar estas eleições num referendo. Um referendo à maneira fascista. Com a Lei Falcão a amordacar a voz da oposição, o general Geisel empenhando-se em cheio na campanha eleitoral, cantando-las ao que é difícil de elogiar, prometendo verbas para os que votassem no partido do governo (ou seja comprando votos). Com os senhores da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) lançando bombas contra elementos, jornais e organizações democráticas (oito atentados em menos de três meses). A polícia perseguindo, torturando e mesmo matando patriotas e em particular comunistas. No interior do país, em 1500 municípios o MDB foi impedido de participar devido a pressões exercidas pelos governadores de Estado, nomeados por Geisel. Em 106 municípios a população está proibida de eleger o poder executivo local, apenas o legislativo.

Neste quadro Geisel pretendeu "referendar" a política do seu governo. Foi pedido, repetidamente, "um voto de confiança na revolução (!)". "Devo dizer ao mundo inteiro que a ARENA ganhou — afirmou Geisel na campanha eleitoral em que se empenhou pessoalmente — é indispensável para o futuro político do país" (ou seja, da ditadura).

AS RAÍZES DO
DESCONTENTAMENTO
POPULAR

Os resultados eleitorais, pelos vistos inesperados para a reacção brasileira, deixaram bem claro que o povo brasileiro, muito em particular o operariado, as massas trabalhadoras dos grandes centros industriais, apesar de todas as limitações, apesar de repressão e do terrorismo de direita, responderam com um inequívoco NÃO ao "referendo" de Geisel.

A derrota indelmentável de Geisel tem bases evidentes e fundas raízes. Segundo os números da Fundação Getúlio Vargas, o custo de vida aumentou 38,4 por cento nos primeiros dez meses de 1976, aumento bastante superior ao do mesmo período do ano passado (25,5%). Até ao fim deste ano, a previsão é de um aumento superior a 46 por cento, atingindo eventualmente os 50%. Os sectores mais atingidos foram sectores vitais como o vestuário, a alimentação e a habitação. Regista-se uma queda vertical do índice do crescimento económico, uma constante desvalorização do cruzeiro, aumento da dívida externa, crescimento nos gastos da importação dos combustíveis, adubos e matérias-primas, pagamento exagerado da tecnologia importada e maior domínio da economia nacional pelas multinacionais.

Neste particular há factos muito expressivos. O jornal francês "Les Echos", em colaboração com uma editora, lançou recentemente um livro intitulado "Brasil, guia de negócios". Este livro é uma desavergonhada oferta dos recursos do Brasil e do trabalho do povo brasileiro, às multinacionais. Depois de uma pormenorizada descrição das imensas riquezas do país, "Brasil, guia de negócios" informa de outros atractivos da terra brasileira: as facilidades concedidas aos investidores, a "notável estabilidade política", o repatriamento de lucros. E o livro termina com o apelo: "Agi hoje mesmo", porque já muitas outras multinacionais estão instaladas no Brasil.

No que respeita às condições de vida dos trabalhadores, podemos citar, por exemplo: no Nordeste, de cada quatro crianças nascidas vivas, uma morre de subalimentação antes de atingir o ano de idade. Em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo, de cada mil crianças, morrem cem no primeiro ano de vida. No conjunto do país, essa média sobe a 200 por 1000 (e é de ter em conta que a mortalidade é restrita a uma parte da sociedade — as camadas mais pobres das massas trabalhadoras, onde a mortalidade infantil é portanto muito mais acentuada. Outro elemento significativo — para uma mão de obra industrial de cerca de 6 milhões, houve no Brasil, no ano passado, perto de 2 milhões de acidentes de trabalho.

No que respeita a médias salariais, enquanto mais de 70% dos trabalhadores ganham o máximo de 2100 escudos, os ordenados oficiais de funcionários da alta administração são de 24 000\$00 (o que está muito abaixo da realidade). Contra uma situação de miséria e exploração, contra a política de entrega das riquezas nacionais e de subordinação ao imperialismo seguida por Geisel, o povo brasileiro acentua a sua luta. Encabeçado pelas organizações democráticas e progressistas, em particular pelo Partido Comunista Brasileiro. O descontentamento popular tem reflexos nos discursos pronunciados pela oposição no Parlamento, pelas posições assumidas pelo clero católico, pelos intelectuais, pelos estudantes e professores. Ressalta, por exemplo, nas manifestações contra a ditadura, pela amnistia e a democracia, que tiveram lugar quando do funeral de Kubitschek de Oliveira. Tem a sua expressão mais nítida e saliente nas lutas dos trabalhadores das cidades e dos campos. Lutas que não têm ainda uma extensão regional ou nacional, mas que assumem formas de acção e protesto de nível elevado, como greves. Lutas pelos aumentos salariais, pelo 13.º mês e o direito de organização, entre o proletariado agrícola. Contra a alta do custo de vida (como e reunião de mais de 4000 mulheres trabalhadoras e empregadas, em municípios periféricos da cidade de São Paulo. Luta pela amnistia aos presos políticos.

Os actuais resultados eleitorais, que reflectem um nítido avanço das forças democráticas, uma radicalização das massas populares, não deixará de ter os seus reflexos a nível de política governamental. Geisel teme o povo brasileiro. A repressão, de uma forma geral, as grandes limitações impostas à oposição nas eleições, impedindo de facto a campanha eleitoral, atestam-no. Hoje estão reforçadas as razões do seu medo. O alargamento da influência do MDB a várias centenas de municípios, criará condições favoráveis a um novo reforço das forças democráticas. Por outro lado, a direita, alertada com esta manifestação de força da esquerda, tentará cercar ainda mais as suas possibilidades de acção, exigindo uma ainda mais violenta repressão contra democratas e comunistas até cancelar as eleições de 78 em que é previsível uma derrota ainda mais acentuada.

os seus reflexos a nível de política governamental. Geisel teme o povo brasileiro. A repressão, de uma forma geral, as grandes limitações impostas à oposição nas eleições, impedindo de facto a campanha eleitoral, atestam-no. Hoje estão reforçadas as razões do seu medo. O alargamento da influência do MDB a várias centenas de municípios, criará condições favoráveis a um novo reforço das forças democráticas. Por outro lado, a direita, alertada com esta manifestação de força da esquerda, tentará cercar ainda mais as suas possibilidades de acção, exigindo uma ainda mais violenta repressão contra democratas e comunistas até cancelar as eleições de 78 em que é previsível uma derrota ainda mais acentuada.

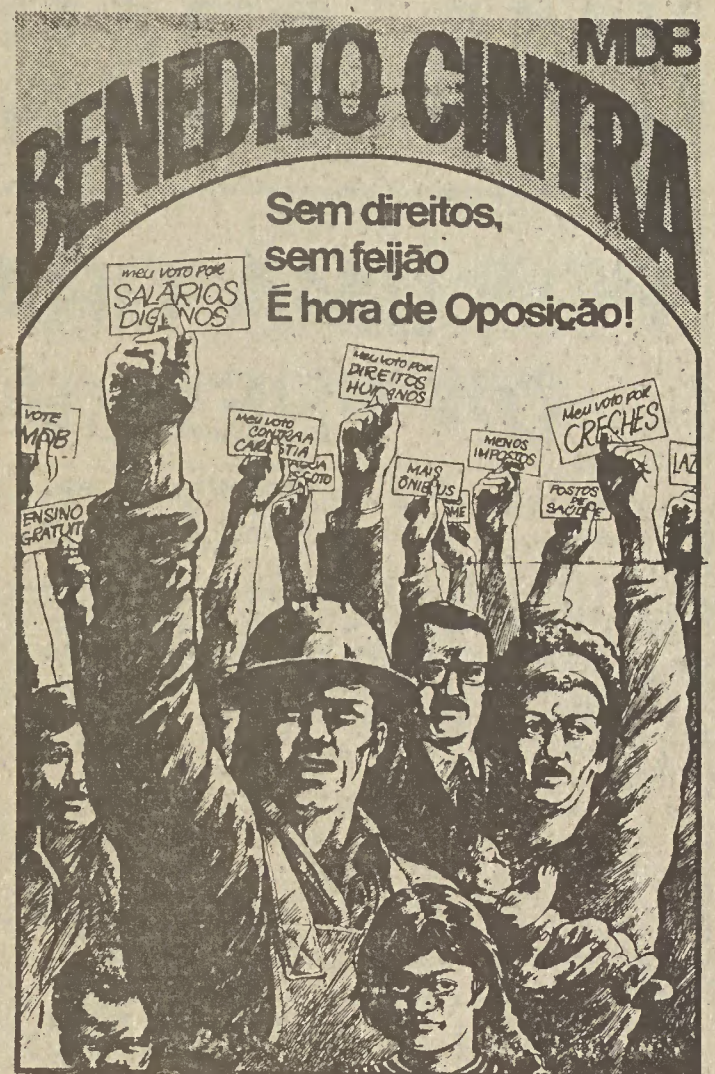
A SOLIDARIEDADE
NECESSÁRIA

Impõe-se assim a necessidade de alargamento da solidariedade internacional

para com o povo brasileiro.

No VIII Congresso do nosso Partido, o representante do Partido Comunista Brasileiro, em mensagem transmitida ao "Avante!", afirmou: "Estamos seguros que, daqui para a frente, se estreitarão ainda mais os laços de amizade fraternal e combativa existentes entre o PCP e o PCB. São laços que não só se apoiam nas ideais e na prática do internacionalismo proletário, como também no muito que há de comum nas tradições históricas e culturais dos nossos dois povos. Essa amizade e solidariedade se manifesta hoje, e continuará se manifestando no futuro, na constante denúncia feita pelos comunistas portugueses da criminosa política brasileira e na solidariedade por eles manifestada à luta antifascista do nosso povo".

Importa que possamos corresponder, de uma forma reforçada, a esta confiança.



A expressiva manifestação da luta dos democratas brasileiros contra a ditadura, no rosto de um folheto do MDB

NATO: RETORNO À GUERRA-FRIA

No espaço de poucos dias, realizaram-se duas reuniões da NATO. A nota de fundo foi o ataque à política de coexistência pacífica. Os esforços, no plano político e militar, para um retorno à guerra-fria

Realizaram-se nos últimos dias duas reuniões no âmbito da NATO. Em Londres, ministros da Defesa da NATO, do Grupo de Planeamento Nuclear, em que se incluem os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a RFA, discutiram o aumento de armamento nuclear, e a hipotética utilização do seu arsenal nuclear contra a União Soviética. O objectivo deste grupo fala por si — fazer com que numa eventual guerra nuclear não seja utilizado armamento estratégico, pelo seu poder mortífero (no parecer destes senhores o armamento nuclear é menos mortífero...).

Em Williamsburg (Virgínia), realizou-se a 22.ª reunião anual da Assembleia da NATO. No plano militar as resoluções não diferem em nada dos debates de Londres. Luns, secretário-geral da NATO, voltou a tocar a estafada tecla da "expansão das forças armadas soviéticas", e esgrimiu apelos para o aumento de armamentos a nível geral da NATO.

No plano político, para além da não aceitação imediata de Espanha no seio da Europa dita democrática, pela impossibilidade de esconder o carácter reacçãoário dum processo que se pretende apresentar como de evolução democrática, foi-se perentório no «direito» de ingerência nos problemas internos dos países europeus sujeitos ao domínio do capital. Foi mesmo aprovada uma resolução segundo a qual a NATO «não pode fazer nenhuma concessão ao perigo que representaria a chegada ao poder de partidos com doutrina colectivista».

Assim, quer no plano militar, quer no plano político, a posição marcada está inequivocamente imbuída do espírito de guerra-fria — uma teoria e uma prática já hoje anacrónica, mas que o imperialismo insiste em tentar preservar.

Estas duas reuniões da NATO traduzem um esforço geral que está a ser feito no sentido de um recuo no tipo de relações e no clima de coexistência pacífica, já imposto pelas forças progressistas a nível mundial.

Este esforço tem particular amplitude no campo de confronto ideológico, o que no fundo ressalta a importância desta frente de combate, por via desse mesmo clima de distensão que se quer pôr em causa.

Assim, lado a lado com o agitar do espantinho da «ameaça de Leste», o desarmamento é frequentemente apontado como causador de problemas sociais e agravamento de outros.

E frequentemente proclamado que uma redução do orçamento militar e a consequente quebra na produção das indústrias de material de guerra, acarretaria inevitavelmente uma degradação na condição económica dos trabalhadores.

Na realidade, os grandes lucros respeitam apenas aos fabricantes de armas. Para as massas trabalhadoras, o peso dos gastos militares traduz-se em novas dificuldades, e num obstáculo ao progresso social (em particular nos países em vias de desenvolvimento).

A tentativa de voltar trabalhadores contra medidas que lhes são altamente favoráveis, jogando demagogicamente com as suas dificuldades, resultantes da exploração capitalista, é evidente.

Os meios propagandísticos do imperialismo, afirmam com frequência que a redução nas despesas militares está obrigatoriamente ligada ao aumento do desemprego. Na verdade o fim da corrida aos armamentos não só não provoca o desemprego como tende a diminuir a sua margem. Basta recordar que a seguir à segunda guerra mundial, os Estados Unidos, num ano, reduziram as suas forças armadas para apenas nove milhões de homens. E mesmo assim, o total de desemprego em 1946 não excedeu os 4%. A mesma situação se verificou noutros países, nomeadamente a Grã-Bretanha.

Por outro lado, é um facto significativo que mesmo segundo as estimativas oficiais dos governos do ocidente europeu, o dinheiro investido nas indústrias civis cria mais empregos do que as somas empastadas na indústria de guerra. No que

CADERNOS DE INICIAÇÃO
AO MARXISMO
LENINISMO

edições
Avante!

V.I. LENINE

PEQUENA BIOGRAFIA

Introdução de
Rodney Ariamendi

A VENDA EM
TODAS AS LIVRARIAS

Uma distribuição CDI,
Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57-C
Lisboa - 1

Lenine! A humanidade conhece-o
como guia e mestre dos trabalha-
dores do mundo inteiro, como
genial continuador da doutrina
revolucionária de Marx e Engels,
como organizador do Partido
Comunista da União Soviética,
disputa da revolução socialista,
fundador do Estado soviético,
grande pensador e, ao mesmo
tempo, o mais simples e cordial
dos homens.

linha
geral



REVISTA MENSAL DA
UEC
para a juventude
estudantil portuguesa

SAI
AMANHÃ

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

N.º 17 — Novembro/76 Preço 5\$00

NESTE NÚMERO: VIII CONGRESSO: PROBLEMAS MAIS IMEDIATOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO • Sobre a organização • O Problema dos quadros • Sobre o Trabalho de direcção • Sobre o poder local e as próximas eleições dos seus órgãos • Alterações dos estatutos • Sobre os centros de trabalho •

UMA GRANDE BATALHA PELA DEMOCRACIA

POR UMA GRANDE VITÓRIA DA FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO

1. A Frente Eleitoral Povo Unido é já hoje uma grande realidade política, como vasto plano de cooperação entre democratas de diversas tendências, como expressão do imparável impulso unitário que nos últimos tempos tem vindo a crescer em todo o País.

Cerca de 30000 homens e mulheres são candidatos da F.E.P.U. em todo o território nacional; e muitas dezenas de milhares, em número sempre crescente, têm colaborado na formação das listas, nos debates para elaboração dos programas locais, nos trabalhos preparatórios da campanha eleitoral da Frente. A dedicação e o entusiasmo que põem nessas tarefas mostram bem a consciência que todos têm da grande importância destas eleições para fazer recuar os caciques e as forças reacçãoárias locais; para garantir a eleição de homens sérios e competentes, que, na administração das freguesias e municípios, se empenhem na resolução dos graves problemas que afligem as populações dum grande parte do País; para garantir uma verdadeira vida colectiva dos órgãos eleitos, isto é, assegurando-lhes uma ligação estreita e permanente com os anseios das populações e serem capazes de conseguir a indispensável mobilização unitária do povo para trabalhar na resolução das suas dificuldades, integrando quer os que apoiaram a Frente quer não.

O entusiasmo que as muitas dezenas de milhares de homens e de mulheres em todo o País têm vindo a pôr nos trabalhos da Frente, mostra a consciência que têm, por um lado, da

liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril e que, por isso, não pode ser contestado.

O País sabe quais as organizações partidárias que deram base jurídica à F.E.P.U., e quais a integram hoje, sabem quem são os democratas independentes que nela participam, conhece, à escala local, a larga e sincera unidade patente nas listas do "POVO UNIDO". Nada disso tem sido escondido pela Frente.

Desta forma, suspeições e especulações sinuosas sobre a F.E.P.U. só podem partir de quem, pouco confiante nos seus próprios programas e objectivos procura ganhar apoio eleitoral, mistificando os objectivos alheios.

A formação e actividade da Frente Eleitoral Povo Unido, longe de representar qualquer atropelo às "regras do jogo democrático" é, pelo contrário, uma clara manifestação de exercício das liberdades, adequada à defesa dos interesses populares e da Democracia Portuguesa e contribuindo para ampliar a participação dos cidadãos na vida democrática do País.

É certo que as "regras do jogo democrático" sofreram já neste processo eleitoral graves distorções e violações. Mas a responsabilidade de tais factos não cabe à F.E.P.U. Cabe, sim, aos que escondem do eleitorado alianças encapotadas com a direita, aos que adiaram prazos ao sabor de conveniências partidárias e entregaram listas depois do termo legal dos prazos, aos que criaram exigências legais que quase podiam ter impossibilitado a constituição da F.E.P.U. e aos que depois de terem criado essas exigências, as removeram, fazendo sucessivas alterações da lei eleitoral, à medida que reconheciam que os seus partidos não eram capazes de as superar.

3. A Frente Eleitoral Povo Unido, fiel aos objectivos e princípios que nortearam a sua constituição e orientam a sua intervenção nas próximas eleições, reafirma que a *batalha principal é contra os caciques e as forças reacçãoárias que querem ganhar fortes posições nas administrações locais para melhor combaterem o regime democrático*. Neste sentido, as listas do POVO UNIDO não se deixarão arrastar para conflitos e atitudes de hostilidade entre forças democráticas e farão uma campanha construtiva, voltada para os problemas concretos das populações, voltada para a grande tarefa de unir vontades e energias para construir um futuro de progresso e de larga participação democrática das populações na resolução dos seus problemas.

Durante a campanha eleitoral como depois dela, nos órgãos de poder local para onde serão eleitos pela força do voto popular, os democratas que integram as listas do POVO UNIDO, prosseguirão intransigentemente nos seus esforços para aproximar todos os homens e mulheres que querem trabalhar em comum para resolver os problemas comuns. Batalha particularmente árdua e em condições especialmente difíceis nas vastas regiões do País onde não são respeitadas nem garantidas as liberdades fundamentais.

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

A Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido apela a todos os democratas e antifascistas para que, compreendendo a grande importância das próximas eleições para o futuro democrático do nosso País intensifiquem ainda mais o seu empenhamento e entusiasmo nas tarefas actuais, apresentando e discutindo largamente com as populações os seus programas, levando a cabo uma intensa actividade de esclarecimento, mobilizando todas as energias e capacidades, para que, em favor da democracia e de progresso social, se abra, consolide e torne irreversível o caminho para uma grande vitória democrática nas próximas eleições, na perspectiva do socialismo como meta apontada na Constituição da República.

CONTRA A REACÇÃO!
PELA DEMOCRACIA!
POR UMA GRANDE VITÓRIA DA FRENTE
ELEITORAL POVO UNIDO!

Lisboa, 20 de Novembro de 1976

A Comissão Nacional
da Frente Eleitoral Povo Unido



APOIAR O «POVO UNIDO» CONTRA O CACIQUISMO

O Conselho de Moradores de Canal Caveira (Grândola Vila Morena) dá o seu apoio à Frente Eleitoral Povo Unido por ser a que melhores garantias pode oferecer para os órgãos de poder local. Está formada por homens que se propõem defender intransigentemente as legítimas reivindicações das populações e corresponder, sem tração nem compadrios, aos anseios e aspirações das mesmas. Os critérios que presidiram à sua escolha assentaram fundamentalmente na base da honestidade, capacidade, responsabilidade e integridade moral, condições únicas aliás em que o povo poderá depositar plena confiança. Não há senhores capitalistas nem senhores fulanos, nem caciques endinheirados mas apenas, na sua grande maioria, humildes trabalhadores que não renegam a classe explorada a que pertencem.

A moção que acabamos de transcrever, aprovada por unanimidade e aclamação pelos moradores de Canal-Caveira, é um caso entre muitos que exemplifica bem como encaram as massas populares as próximas eleições para as autarquias locais e com que satisfação acolhem a existência de listas unitárias onde entre os candidatos reconhecem companheiros de trabalho e de luta, amigos que pugnam pelos interesses de todos.

As razões que levam organizações populares e Comissões Eleitorais Unitárias a dar o seu apoio à FEPU continuam a ser tema de inúmeros comunicados oriundos dos mais diversos pontos do país, enquanto apelam à participação activa das populações nos debates para a elaboração dos programas que irão votar.

Em S. João da Madeira, por exemplo, um grupo de cidadãos antifascistas, verdadeiros democratas, homens e mulheres progressistas daquela terra, entenderam que o único movimento que continha, na sua essência, o encontro de soluções construtivas para os problemas locais, e que melhor poderia congrega esforços no sentido de colocar o poder local nas mãos do povo trabalhador e a consequente prossecução de uma verdadeira política popular, onde prevalecessem, de facto, o verdadeiro espírito de movimento unitário, progressista e democrático, era a Frente Eleitoral Povo Unido.

A Comissão Eleitoral de Salvaterra de Magos, por seu turno, reconhecendo que uma sociedade mais justa e verdadeiramente livre se não constrói sem a mobilização e o trabalho construtivo e criador das classes trabalhadoras, apela para todos os democratas, para todos os homens e mulheres empenhados na participação activa na solução dos problemas das suas terras, para que o espírito unitário que levou

a constituir as listas da FEPU seja apoiado, alargado e consolidado nas diversas freguesias pois que só na unidade serão não só resolvidos os problemas dessas freguesias como também se consolidará o regime democrático.

Entretanto, em Lardosa, a respectiva Comissão Eleitoral Unitária apresentou já à população os pontos essenciais do programa a que se vincula, sendo de destacar, entre outros objectivos, a construção de esgotos, de uma lixeira e de lavabos públicos; a reparação de estradas, ruas e caminhos da freguesia e anexas; construção de uma creche e de um jardim público; medidas de higiene; melhoramentos na rede de iluminação pública, etc.

DE NORTE
A SUL
PREDOMINA
A UNIDADE

À semelhança do que tem vindo a suceder nos últimos tempos, o passado fim-de-semana caracterizou-se por uma intensa actividade dos candidatos das listas unitárias que, por todo o país, levaram a cabo iniciativas de estreito contacto com as massas populares.

No concelho de Oeiras, por exemplo, os candidatos às Assembleias de Freguesia, à Assembleia e Câmara Municipais realizaram uma caravana automóvel que percorreu vários locais do concelho, tomando conhecimento directo dos problemas e carências das populações, em especial no que se refere aos bairros da lata e barracas. A caravana visitou também algumas das realizações efectuadas pelas organizações populares desde o 25 de Abril de 1974.

Em Carnaxide, por seu turno, realizou-se uma assembleia de esclarecimento da Frente, tendo os moradores daquela localidade aprovado por aclamação uma moção

onde manifestam todo o seu apoio aos candidatos da "Povo Unido".

Também em Agualva-Cacém, com a sala dos bombeiros completamente cheia, se realizou um comício para a apresentação de candidatos. O balanço da gestão democrática durante os últimos dois anos e meio e o levantamento das principais carências da população constituíram a primeira parte da sessão, que terminou com a apresentação de uma peça de teatro seguida de canto livre e projecção de filmes.

Na Cova da Piedade realizou-se no sábado um comício para a apresentação de candidatos; na segunda-feira alguns candidatos da FEPU estiveram na Companhia Portuguesa de Pescas, no Olho de Boi, em Almada, para uma sessão de esclarecimento com os trabalhadores.

Em Beja, a Comissão Coordenadora Distrital da Frente Eleitoral Povo Unido distribuiu um manifesto à população em que se afirma disposta a lutar com firmeza no sentido de defender as grandes conquistas que o nosso povo alcançou com a sua luta persistente e tenaz rumo à implantação na nossa Pátria de uma verdadeira sociedade socialista, nomeadamente as nacionalizações, o controle operário e, em particular para o nosso distrito, uma das conquistas que nos é mais querida, a Reforma Agrária.

No momento em que as forças reacçãoárias tentam levantar a cabeça — salienta o manifesto — torna-se necessário que o nosso povo desenvolva uma ampla luta unitária, na sequência do trabalho já iniciado, e que deverá concretizar-se através de todo o distrito pela formação de centenas e centenas de Comissões Eleitorais Unitárias em apoio das listas apresentadas pela Frente Eleitoral Povo Unido.

O carácter unitário continua a ser o traço comum às listas da Frente. Em Espinho, segundo foi divulgado durante uma conferência de imprensa, cerca de 40% dos candidatos das listas da FEPU naquele concelho são independentes. Na ocasião, foi também apresentado um manifesto à população onde, entre outras coisas, se afirma que os interesses de operários, empregados, agricultores, dos intelectuais, dos pequenos industriais e comerciantes, das donas de casa, dos moradores e senhores pobres, ou mulheres, velhos ou jovens, exigem uma Assembleia e uma Câmara integradas por cidadãos honestos e competentes, devotados à resolução dos problemas

do concelho, capazes de um comportamento alheio a todo o sectarismo e estreiteza de vistas, por forma a mobilizar toda a população e não apenas militantes de um partido.

APOIO
CRESCENTE

Nas empresas, nos bairros, entre a juventude e as mulheres em cada dia se formam novas comissões de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido.

É o caso dos trabalhadores da Sociedade de Reparações de Navios, no Ginjal; dos trabalhadores do Entrepósito; da Sociedade Portuguesa de Explosivos; da Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense; das mulheres democratas de Pinhal Novo; do Movimento Democrático de Mulheres de Grândola; da Comissão de Moradores do Bairro do Arneiro (Grândola); dos jovens da freguesia da Baixa da Banheira que, como muitos outros o vêm fazendo, se organizam para colaborar nos trabalhos preparatórios das eleições para as autarquias locais, levando a cabo iniciativas de mobilização e esclarecimento das populações. Forjando nos seus locais de trabalho, de residência, de convívio a unidade tão profundamente desejada pelo povo português.

Entretanto, é de lamentar que se continuem a registar atropelos à liberdade de reunião e de informação perante a passividade das autoridades responsáveis.

Segundo anunciou a Comissão de Vila do Conde da FEPU foi apresentado um protesto junto do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) devido ao facto de terem sido impedidas naquela localidade duas sessões de esclarecimento em devido tempo comunicadas à Câmara Municipal. O pretexto invocado para a não realização das sessões foi um pretenso despacho do MEIC que não autorizaria a utilização de escolas para tais fins.

Aquela Comissão Eleitoral, que considera este procedimento como manobras daqueles que, de uma forma ou de outra, desejam o regresso ao passado e visam atemorizar o povo e impedi-lo de se esclarecer, solicitou ao STAPE para realizar as diligências que se mostrem necessárias para assegurar a efectiva liberdade de reunião, evitando-se a repetição de tais casos e que proceda a um esclarecimento público de que não existe despacho ou outro diploma legal limitativo da utilização de edifícios escolares para reuniões com vista às eleições para as autarquias locais.

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

importância destas eleições para a consolidação e institucionalização da nossa vida democrática; e do grande peso que os seus resultados terão, por outro lado, na grave situação que o País atravessa perante a ameaça crescente da reacção interna e externa. Mostra a forte e clara consciência de que o que está em perigo são as grandes conquistas populares depois do 25 de Abril, é a própria Democracia, é, afinal, a independência nacional. É essa consciência, que tem vindo a alargar-se a grupos e camadas sociais cada vez mais amplos e diversificados, que leva a que as pessoas consigam passar por cima de divisões e divergências ideológicas e partidárias para fortalecer a muralha da resistência democrática. É esta, acima de tudo, a tarefa fundamental do momento.

Pertencentes a diversos partidos ou sem partido, formando a variada composição das listas e das comissões de apoio da Frente — onde nenhuma tendência procura posição maioritária sobre as restantes — são essas pessoas que têm dado a mais impressionante lição de unidade e de consciência democrática aos que se obstinam, com objectivos reacçãoários ou por cega partidarite, a dividir o povo e, assim, a enfraquecê-lo perante os seus inimigos.

2. A Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido manifesta, por isso, séria apreensão perante o comportamento de algumas forças políticas que mais uma vez vêm utilizar factores emocionais, agressividade caluniosa, mistificação primária para tentar esconder aos olhos das populações aquilo que as populações principalmente devem ver: quem tem mostrado defender os seus interesses na prática e não apenas em palavras vistosas ou em demagógicas promessas eleicoeiras; quem é conhecido das populações pela sua honradez, pela sua competência e pela sua afeição aos problemas colectivos; quem é que colaborava ou estava a favor dos antigos abusos e corrupções com que alguns se banquetearam durante o fascismo e, ao contrário, quem é que estava contra esses para que o povo não fosse oprimido e explorado; quem é que pelo seu comportamento, ontem como hoje, dá garantia de cumprir o programa de realizações que se propõe.

É isto o que as populações devem ver com olhos bem abertos, para que não sejam enganadas por aqueles que, utilizando a demagogia e a calúnia, se apresentam como os únicos defensores da Democracia.

Perante isto, a Comissão Nacional da F.E.P.U. esclarece que a formação de frentes eleitorais é um direito consagrado na Constituição, como um dos aspectos de pleno exercício das